

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Ampla Participação)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: HMMG.2025.00002179-32

INTERESSADO: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor valor global

MODO DE DISPUTA: Aberto

FORMA DE REALIZAÇÃO: Eletrônica

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/06/2026 às 09h00

LOCAL DA DISPUTA: endereço eletrônico www.gov.br/compras (UASG: 930324).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução RMG 15/2022, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 23.460/2024 e Resolução RMG 03/2017.

PREGOEIRO(A) RESPONSÁVEL: Taline Moretto Bordin, nomeado(a) pela PORTARIA nº 12/2025 de 10 de março de 2025.

EQUIPE DE APOIO: Mayara de Castro Araujo, nomeado(a) pela PORTARIA nº 29/2025 de 06 de maio de 2025.

TELEFONE: (19) 3772-5708

E-MAIL: pregao@redemariogatti.sp.gov.br

A **REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR**, por intermédio do Diretor do Departamento Administrativo, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão, de acordo com o disposto neste edital.

Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

- **Anexo I – Termo de Referência;**
 - **Anexo “A” do T.R. – Modelo da Proposta;**
 - **Anexo “B” do T.R. – Modelo de Atestado de Visita Técnica/ Declaração de Responsabilidade;**
 - **Anexo “C” do T.R. – Modelo de Planilha de Composição de Custos;**
 - **Anexo “D” do T.R. – Modelo de Relatório para Prestação de Contas;**
 - **Anexo “E” do T.R. – Instrumento de Medição de Resultados ;**
 - **Anexo “F” do T.R. – Qualificações, Pré-requisitos dos Profissionais e Atribuições;**
 - **Anexo “G” do T.R. – Relação de empregados terceirizados- RET**
 - **Anexo “H” do T.R. – Quantitativo e distribuição das posições operacionais para prestação do serviço.**
 - **Anexo “I” do T.R. – Informações complementares para determinação do serviço de copa hospitalar.**
- **Anexo II – Minuta de Contrato;**
- **Anexo III – Modelo de Termo de Ciência e de Notificação;**
- **Anexo IV – Dados cadastrais do proponente. |**

Todos os elementos deste edital serão divulgados em sítio eletrônico oficial da REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI (<http://www.redemariogatti.sp.gov.br/transparencia/licitacoes-andamento/>), na mesma data de sua divulgação, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, destacado(a) no preâmbulo deste edital, ou seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema do Governo Federal denominado "Compras" (compras.gov.br), observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais>, "IN 73/22 – Critério de Julgamento Menor Preço Maior Desconto".

2. OBJETO, VALOR, VIGÊNCIA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. A presente licitação destina-se ao objeto indicado no preâmbulo deste edital, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do **Anexo I – Termo de Referência**.

2.2. O valor total estimado é de **R\$ 24.199.442,22 (vinte e quatro milhões, cento e noventa e nove mil quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos)**.

2.3. A prestação de serviços **vigerá pelo período de 24 (vinte e quatro) meses** a contar da data indicada para o efetivo início da execução dos serviços em Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pela CONTRATANTE, até o adimplemento total das obrigações, podendo ser prorrogada nos termos do art.107 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

2.4. A despesa referente ao valor da presente aquisição está previamente empenhada e processada por conta de verba própria do orçamento vigente, codificada sob o(s) n°(s) abaixo indicado(s):

- 58303 10.302.1061.4254.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58304 10.302.1061.4254.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58308 10.302.1061.4254.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58305 10.302.1061.4251.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58306 10.302.1061.4252.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000.

2.5. Locais e condições de execução são os descritos no **Anexo I – Termo de Referência**.

3. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do e-mail indicado no preâmbulo do edital.

3.1.1. A petição será dirigida ao pregoeiro responsável.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial (<http://www.redemariogatti.sp.gov.br/transparencia/licitacoes-andamento/>) e disponibilizada no portal eletrônico www.gov.br/compras, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação

inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, previamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>) e credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico “Compras”.

5.2. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

5.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal (sob pena de incidir no crime previsto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal) ou de impedimento ou suspensão de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campinas;

5.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Campinas ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.3. Controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.5. Pessoa jurídica com falência decretada;

5.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP que participem do certame sob esta condição;

5.2.7. Cooperativa de mão de obra, em atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 438/2003, datado de 24 de setembro de 2003, firmado pelo Município de

Campinas e pelo Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região nos Autos da Peça de Informação nº 15.493/2003-13, em que ficou estabelecido o que se segue:

5.2.7.1. “O Município de Campinas abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra para prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados

5.3. O impedimento do subitem **5.2.1** alcança a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.4. As hipóteses de vedação à participação de que tratam os subitens **5.2** e **5.3**, quando constatadas em qualquer fase do certame, ensejarão a inabilitação da licitante.

6. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “COMPRAS”

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da licitação deverão ser credenciados previamente perante o sistema “Compras”. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha de acesso. A senha é de responsabilidade da pessoa física credenciada que representa a licitante, sendo, portanto, pessoal e intransferível, devendo ser mantida sob sigilo absoluto.

6.1.1. O sistema “Compras” pode ser acessado através do endereço eletrônico www.gov.br/compras.

6.1.2. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na licitação, em sua forma eletrônica.

6.1.3. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para o registro no SICAF, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

6.2. O registro no SICAF, o credenciamento do representante que atuará em nome da licitante no sistema eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública.

6.2.1. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada licitação.

6.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer licitação, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação.

6.4. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à

Rede Municipal Dr. Mário Gatti responsabilização por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

7. ACESSO AO SISTEMA

7.1. A participação na licitação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos.

7.1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.gov.br/compras, opção “Acesso ao Sistema”.

7.2. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Rede Municipal Dr. Mário Gatti por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. As licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.1.1. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

8.2. Como requisito para a apresentação da proposta, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

8.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação;

8.2.2. A conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

8.2.3. Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos e concordância com suas condições;

8.2.4. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

8.2.5. Que inexistente impedimento a sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva à Rede Municipal Dr. Mário Gatti;

8.2.6. Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;

8.2.7. Que observa os incisos III e IV do art. 1º e que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.2.8. Que cumpre a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.2.9. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis; e

8.2.10. Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8.3. As MEs, EPPs deverão declarar, em campo próprio do sistema, que não ultrapassam o limite de faturamento e que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que não tenham, no ano-calendário de realização da licitação, celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

8.4. A falsidade das declarações de que tratam os subitens **8.2** e **8.3** sujeitará a licitante às sanções previstas no item **19** deste edital.

8.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital.

9. CONTEÚDO DA PROPOSTA

9.1. PROPOSTA ELETRÔNICA - Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

9.1.1. Informar o **PREÇO GLOBAL**, para o qual pretende concorrer, de acordo com o **Anexo “A” do Termo de Referência – Modelo da Proposta**.

9.1.1.1. Os preços devem ser apresentados com no máximo quatro casas decimais e com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Rede Municipal Dr. Mário Gatti nenhum custo adicional.

9.1.2. Evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

9.1.3. No momento do cadastramento da proposta eletrônica, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

9.1.3.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

9.1.3.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem **9.1.3.1.**

9.1.3.3 O valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

9.1.3.4. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para a Administração, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.2. PROPOSTA ESCRITA

9.2.1. O **prazo de validade da proposta** será de **90 (noventa) dias** contados a partir da data de sua apresentação podendo ser prorrogado com anuência prévia do Licitante;

9.2.2. A licitante arrematante deverá enviar sua proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação no prazo previsto no subitem **10.14**, contendo o que estabelece o **Anexo I - Termo de Referência**.

9.2.3. No caso de a proposta escrita apresentar erro na multiplicação do quantitativo pelo preço unitário apresentado, prevalecerá o preço unitário, e o cálculo será refeito pelo(a) Pregoeiro(a) para fins de julgamento.

9.3. A apresentação da proposta implica a aceitação pela licitante de todas as determinações impostas neste instrumento e seus anexos, em especial:

9.3.1. Do prazo de validade da proposta/lance especificado no item 9.2.1. Decorrido esse prazo, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;

9.3.2. Do prazo de pagamento indicado no Anexo I, contado da data do aceite da Nota Fiscal;

9.3.3. Das condições de execução dos serviços nos termos estabelecidos nos Anexos I;

9.3.4. Da observância das disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

9.4. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Rede Municipal Dr. Mário Gatti não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

9.5. À Rede Mário Gatti reserva-se o direito de **realizar diligências** para os esclarecimentos que se fizerem

necessários para o julgamento.

9.6. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

9.7. A especificação encontrada na plataforma Compras.gov não foi alterada, caso haja alguma divergência com o disposto neste edital deverá ser considerado o descritivo e as especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência.

10. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

10.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital e no sistema eletrônico, a sessão pública será aberta, com a divulgação das propostas de preços recebidas para o(s) item(ns) correspondente(s), disputado(s) sucessivamente ou de forma simultânea.

10.1.1. O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagens do(a) Pregoeiro(a) às licitantes, vedada outra forma de comunicação.

10.2. Iniciada a fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas as condições estabelecidas.

10.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será aquele estabelecido no sistema "Compras".

10.3. A cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada de seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.4. Os lances ofertados serão no critério de julgamento descrito no preâmbulo deste edital, com no máximo quatro casas decimais, sendo desprezadas as demais.

10.5. A licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.5.1. A licitante poderá encaminhar lances intermediários com valores iguais ou superiores ao menor já ofertado.

10.5.2. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.5.3. O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação via sistema.

10.5.4. Eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata o subitem 10.5.3, implica a sua retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a sua identificação.

10.7. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

10.7.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.7.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.7.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.7.4. Havendo o reinício da disputa aberta, de que trata o subitem 10.7.3, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

10.7.5. Definitivamente encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

10.8. Na hipótese do sistema eletrônico do pregoeiro se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.9. Caso a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.10. Havendo propostas de uma ou mais Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), com valor de até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de melhor oferta, não sendo a de melhor oferta ME ou EPP, a proposta melhor classificada dentre as MEs e EPPs, será considerada empatada com aquela, podendo a sua proponente apresentar proposta de preço inferior, e, não havendo o desempate, serão chamadas as demais MEs ou EPPs empatadas, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

10.10.1. Não se aplica o subitem 10.10 ao item da licitação com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (conforme estabelecido no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações);

10.10.2. Não farão jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006, dentre eles o empate ficto de que trata o subitem 10.10, as MEs ou EPPs nas situações previstas no subitem 12.11.7.3 deste edital.

10.11. Decorridos 05 (cinco) minutos da convocação inicial para que as MEs ou EPPs exerçam o direito de desempate, sem que ninguém se manifeste, ocorrerá a preclusão do direito e a manutenção da proposta originalmente melhor classificada.

10.12. Persistindo o empate entre duas ou mais propostas, após o exercício de preferência disposto no

subitem **10.10**, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos na lei 14.133/21, bem como no “Manual Operacional” do sistema “compras.gov.br”.

10.12.1. Caso as regras previstas no item 10.12 não solucionem o empate, será realizado sorteio, conforme a funcionalidade disponível na plataforma “compras.gov.br”.

10.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema informará a proposta de menor preço e o(a) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar para o item, quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

10.13.1. Definida a ordem de classificação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

10.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema e terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.13.3. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

10.14. A licitante arrematante deverá enviar, logo após a aceitabilidade do preço, em prazo determinado pelo(a) pregoeiro(a), os documentos indicados abaixo, em arquivos INDIVIDUAIS, no formato PDF, sequencialmente por item de habilitação, de modo a agilizar a análise:

10.14.1. Proposta, conforme Anexo “A” do Termo de Referência;

10.14.2. Formulário com os Dados Cadastrais da Proponente, conforme modelo constante no Anexo IV;

10.14.3. Documentos técnicos elencados no Anexo I - Termo de Referência;

10.14.4. Documentos de Habilitação previstos no item 12.

10.15. Se as propostas ou os lances de menores valores não forem aceitáveis, posteriormente à negociação, ou se as licitantes desatenderem às exigências habilitatórias, mesmo após esgotadas as possibilidades de saneamento da documentação e da proposta, o(a) Pregoeiro(a) examinará as propostas ou os lances subsequentes, exclusivamente por meio do sistema, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Nesta hipótese, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.15.1. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos nos subitens **10.10** e **10.12**.

10.16. Encerrada a fase de lances o pregoeiro poderá, a qualquer tempo, suspender a sessão avisando no chat da plataforma a data e horário da reabertura.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento das propostas, será adotado o critério **definido no preâmbulo**, observadas as condições definidas neste edital.

11.2. Serão **DESCCLASSIFICADOS** os lances e as propostas:

11.2.1. Que contiverem vícios insanáveis;

11.2.2. Que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

11.2.3. Que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

11.2.4. Que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

11.2.5. Que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

11.2.6. Das licitantes que não responderem às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

11.3. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

11.4. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

11.5. A análise de sobrepreço e exequibilidade considerará:

11.5.1. A caracterização do sobrepreço, que se dará por lances finais e, na inexistência de lances, por propostas finais que apresentarem preços excessivos, ou seja, que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

11.5.1.1. Consideram-se preços excessivos aqueles superiores ao(s) valor(es) máximo(s) aceitável(eis) para o item pela Rede Mário Gatti

11.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das arrematantes conforme disposições do **Item 12**.

12. HABILITAÇÃO

12.1. Para habilitação neste certame, fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, as licitantes deverão apresentar os documentos e cumprir os requisitos elencados neste

instrumento.

12.1.1. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data da apresentação da proposta escrita.

12.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo definido pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão.

12.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

12.3.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, quando solicitada, poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a data fixada para apresentação da proposta eletrônica, exceto em relação aos subitens **12.14.1** e **12.14.2**.

12.5. A licitante deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, como a prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

12.6. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

12.6.1. Considera-se “Positiva com efeitos de Negativa” a Certidão em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, por moratória, ou pelo depósito de seu montante integral, ou pelas reclamações e pelos recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou pela concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, ou pelo parcelamento.

12.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do Item 13.

12.8. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), participando do certame nesta condição, deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

12.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Rede Municipal Dr. Mário Gatti, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data de declaração de vencedor, para regularização dos documentos.

12.8.2. A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item **19** deste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.8.3. Não se aplica o subitem 12.8 ao item da licitação com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (conforme estabelecido no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações).

12.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes, após concluídos os procedimentos de que trata o item 13.

12.10. Constituem motivos para **INABILITAÇÃO** da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no item 13:

12.10.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

12.10.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta;

12.10.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

12.10.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

12.10.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

12.10.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

12.10.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

12.11. Habilitação Jurídica: A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de a licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ela limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos seguintes termos:

12.11.1. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, conforme indicado no **Anexo I – Termo de Referência**.

12.11.2. Para Empresa Individual: Registro Comercial.

12.11.3. Para Sociedades Empresárias em geral: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

12.11.4. Para Sociedade empresária do tipo S.A.: Ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

12.11.5. Para Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

12.11.6. Para Sociedades Empresárias Estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.11.7. Para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), participando do certame nesta condição e usufruindo do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações: ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado de um dos seguintes documentos ou qualquer outra forma admitida pelo ordenamento jurídico vigente que possibilite a comprovação do enquadramento das licitantes como ME ou EPP:

12.11.7.1. Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerçam atividade comercial;

12.11.7.2. Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área que não a comercial.

12.11.7.3. Não farão jus ao tratamento diferenciado as licitantes que não se enquadrem no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

12.11.7.4. As licitantes que se utilizarem indevidamente de qualquer benefício da Lei Complementar nº 123/2006, estarão sujeitas à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

12.12. Qualificação Técnica

12.12.1 A licitante vencedora deverá apresentar documentos de qualificação técnica conforme determinado no **Anexo I – Termo de Referência**.

12.13. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista: As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Economia ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

12.13.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal.

12.13.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

12.13.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão Negativa expedida pelo órgão competente.

12.13.4.1. O documento hábil para comprovação da regularidade para com a Fazenda Estadual, quando a licitante for Contribuinte do Estado de São Paulo, é a Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa.

12.13.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (correspondente a Tributos Mobiliários) expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado.

12.13.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

12.13.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**.

12.14. Habilitação Econômico-Financeira: De forma a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, as licitantes deverão apresentar:

12.14.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica.

12.14.2. Será admitida a participação de licitante em recuperação judicial, desde que acompanhada de seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste edital.

12.14.2.1. A Rede Municipal Dr. Mario Gatti poderá requisitar diligências para que sejam trazidas e atualizadas informações do Poder Judiciário quanto ao cumprimento do plano de recuperação judicial deferido.

12.14.2.1.1. No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá comprovar adicionalmente:

12.14.2.1.1.1. Para o caso de empresas em recuperação judicial: cópia do

ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a adjudicatária está cumprindo o plano de recuperação judicial.

12.14.2.1.1.2. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial

12.14.3. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, assinados por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, que comprovem a boa situação financeira da pessoa jurídica, vedada a sua substituição por balancetes ou Balanços Provisórios, apresentados na forma abaixo discriminada:

12.14.3.1. No caso específico de **Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A)**: o Balanço e Demonstração contábeis deverão ser apresentados por publicação no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, ou em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou ainda, se no lugar em que estiver situada a sede da companhia não for editado jornal, por publicação em órgão de grande circulação local;

12.14.3.2. As **Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial assinado por bacharel ou técnico em ciências Contábeis, legalmente habilitado, constando nome completo e registro profissional, referente ao último exercício social exigível;

12.14.3.3. As **sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses**, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura;

12.14.3.4. Consideram-se últimos exercícios sociais exigíveis, os exercícios imediatamente anteriores ao encerrado, até o dia 30 de abril de cada ano. Após essa data, com base no art. 1078 do Código Civil, os últimos exercícios sociais exigíveis serão os imediatamente anteriores, para todas as empresas (inclusive aquelas que optam pelo lucro real ou presumido ou utilizam o Sistema Pública de Escrituração Digital – SPED);

12.14.3.5. O Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social da sede (matriz) poderão ser apresentados através de cópia da Escrituração Contábil Digital (ECD);

12.14.3.6. As empresas que apresentam Escrituração Contábil Digital (ECD) trimestral deverão apresentar os quatro balanços trimestrais referentes ao último exercício social exigível.

12.14.4. A boa situação financeira será comprovada se a licitante demonstrar que possui Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou acima de 1,00 (um com duas casas decimais), Índice de Liquidez Geral (ILG) preferencialmente igual ou acima de 1,00 (um com duas casas decimais) e Índice de Solvência Geral (ISG) igual ou acima de 1,00 (um com duas casas decimais).

12.14.4.1. Caso a licitante apresente um Passivo Circulante ou a soma do Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo iguais a zero, para efeito de cálculo, este valor será automaticamente substituído pelo número 1 (um).

12.14.4.2. Caso a licitante apresente o ILC ou o ISG menor que 1,00 (um com duas casas decimais) estará inabilitada.

12.14.4.3. Caso a licitante apresente o ILC acima de 1,00 (um com duas casas decimais) e o ILG menor que 1,00 (um com duas casas decimais), para que a empresa seja habilitada o ILG deverá ser compensado através da apresentação de um ISG no mínimo igual a 1,00 (um com duas casas decimais) somado ao valor necessário para que o ILG se torne igual a 1,00 (um com duas casas decimais) através da seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = 1 - (\text{ILG} - 1)$$

As seguintes definições e fórmulas se aplicam neste subitem:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC): indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis em curto e médio prazo para fazer face ao total de suas obrigações de curto e médio prazo e será obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = (\text{AC}) \div (\text{PC})$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG): indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis a curto, médio e longo prazo para quitar suas obrigações a curto, médio e longo prazo e será obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) \div (\text{PC} + \text{ELP})$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Logo prazo;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG): indica quanto a empresa dispõe em Ativos (totais) para quitar suas obrigações a curto, médio e longo prazo e será obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = (\text{AT}) \div (\text{PC} + \text{ELP})$$

Onde:

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo.

12.14.5. Outros documentos especificados no **Anexo I – Termo de Referência**.

13. DILIGÊNCIAS E SANEAMENTO

13.1. Em qualquer fase da licitação, a Administração poderá promover as diligências que entender necessárias e adotar medidas de saneamento, com a finalidade de esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação da proposta e de habilitação, ou complementar a instrução do processo, observado que:

13.1.1. tendo em vista os princípios da licitação, em especial o do interesse público, poderá ser estabelecido prazo fatal para que a licitante atenda ao solicitado, uma vez que a Administração não poderá ficar à espera de respostas ad aeternum;

13.1.2. o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, atribuindo-as validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

13.1.3. constituem falhas formais, passíveis de serem supridas de ofício pelo(a) Pregoeiro(a): a omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá juntar a documentação obtida em diligência nos autos do processo;

13.1.4. poderá ser realizada complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

13.1.5. poderá ser procedida a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta escrita e/ou dos documentos de habilitação;

13.1.6. poderá ser solicitada apresentação de novo documento, ausente por equívoco ou falha, comprobatório de condição preexistente atendida pela licitante no momento de apresentação dos demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

14. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

14.1.1. Recurso hierárquico em face de:

14.1.1.1. Julgamento das propostas;

14.1.1.2. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

14.1.1.3. Anulação ou revogação da licitação;

14.1.1.4. Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

14.1.2. Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante, serão observadas as seguintes disposições:

14.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, depois de declarado o vencedor da disputa, sob pena de preclusão.

14.2.1.1. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

14.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso apresentarão Memoriais, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão.

14.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será 03 dias úteis contados a partir do fim do prazo para a apresentação do recurso.

14.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

14.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

14.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, contados a partir da data da intimação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

14.8. É assegurada às licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses por acesso ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, mediante solicitação enviada para o e-mail indicado no preâmbulo deste edital.

14.9. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

14.10. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos administrativos, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará o processo licitatório à autoridade superior, que poderá:

14.10.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.10.2. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

14.10.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

14.10.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.11. A homologação desta licitação não obriga a Administração à contratação do objeto licitado.

14.12. A adjudicação do objeto à licitante vencedora e a homologação da licitação serão publicadas no Diário Oficial do Município de Campinas e disponibilizadas no portal eletrônico <http://www.redemariogatti.sp.gov.br/transparencia/licitacoes-andamento/>.

15. CONTRATAÇÃO

15.1. O Setor de Formalização da Rede Municipal Dr. Mário Gatti notificará a adjudicatária para assinar a Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, cujas minutas integram os anexos deste edital;

15.1.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, para assinar a Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Campinas por até 03 (três) anos e da perda da garantia de proposta (se houver).

15.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.3. A assinatura do Termo de Contrato será eletrônica, nos termos da Lei Municipal 15.963/2020, em especial art. 100 e seguintes, através do acesso ao usuário externo pessoa jurídica ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

15.1.3.1. A empresa, ao receber a notificação do Setor de Formalização da Rede Mário Gatti em e-mail indicado no formulário conforme modelo do Anexo V - Dados Cadastrais do Proponente, deverá realizar o cadastro SEI através do link sei.campinas.sp.gov.br/externo ou, caso seja necessário, atualizar os dados cadastrais através do e-mail sei.duvidas@campinas.sp.gov.br no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis da notificação.

15.1.4. Após cadastro realizado, o Setor de Formalização disponibilizará para o(s) representante(s), Contrato e Termo de Ciência e de Notificação para assinatura(s) externa(s) considerando prazo máximo para assinatura de até 02 (dois) dias úteis;

15.1.4.1. O prazo fixado no item 15.1.4. poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, desde que a empresa se manifeste dentro do prazo estabelecido, devidamente justificado, e que seja aceita pela Administração da Rede Mário Gatti.

15.1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso se aplique.

15.1.6. Para assinatura do Termo de Contrato é obrigatória a comprovação da qualidade de

representante legal da Empresa.

15.2. No ato da assinatura do Termo de Contrato, a adjudicatária se obriga a apresentar os documentos exigidos no Anexo I – Termo de Referência.

15.2.1. Na hipótese de adjudicatária em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar adicionalmente o documento elencado no subitem 12.14.2 deste edital;

15.2.2. A não apresentação dos documentos solicitados impedirá a assinatura do Termo de Contrato, implicando a aplicação de penalidades cabíveis estabelecidas no item 19.

15.3. Quando a adjudicatária convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a assinar o Termo de Contrato, é facultado à Rede Municipal Dr. Mário Gatti:

15.3.1. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 19;

15.3.2. convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, constatada a regularidade de sua habilitação e procedida nova homologação, assinar o Termo de Contrato, nas condições ofertadas pela licitante vencedora; ou

15.3.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 15.3.2, observados o valor máximo estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital:

15.3.3.1. convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;

15.3.3.2. Adjudicar e celebrar o Contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.4. Além das situações previstas no subitem 5.2.2 deste edital, é vedada a celebração de contrato com a Rede Municipal Dr. Mário Gatti ou sua execução com pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, nos termos do disposto no art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/2011;

15.4.1. Considera-se agente político o Chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito, o Presidente ou Diretor-Presidente de entidades da Administração Indireta, os Secretários municipais, nos termos do art. 2º, inciso IV, do mesmo Decreto.

16. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

16.1. A contratação exigirá a prestação de garantia de adimplemento contratual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

16.2. A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

16.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural,

mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; ou

16.2.2. Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato; ou

16.2.3. Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do contrato, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

16.2.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

16.3. O prazo para apresentação da garantia de adimplemento contratual será:

16.3.1. Mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade Seguro Garantia;

16.3.2. Até 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de início efetivo do contrato para as demais modalidades.

16.4. A cobertura das garantias deve abranger toda a execução do contrato administrativo e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e a partir de qualquer alteração de valor no contrato.

16.5. Na hipótese em que o último mês de prestação de serviço (11º mês de execução) for conceituado como 'Conforme Parcial' ou 'Não Conforme', ensejando redução do Percentual de Pagamento da parcela mensal, a diferença entre o valor efetivamente pago na última nota fiscal, e aquele que deveria ser pago será descontado do valor oferecido em garantia contratual pela contratada.

16.6. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

16.7. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item será liberada, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do Serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor-Presidente da Rede Mário Gatti que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Diretoria Jurídica. A liberação se dará mediante autorização do Diretor Presidente da Rede Mário Gatti, após parecer da Diretoria Jurídica.

17. RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1. No recebimento e aceitação do objeto desta licitação serão observadas, no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

18.1. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

18.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos

distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, sempre respeitando o prazo previsto no item anterior.

18.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do caput do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

18.4. Os valores contratados serão repactuados em relação ao Vale-transporte e aos custos decorrentes da mão de obra cujos valores sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta, e serão reajustados em relação aos demais insumos e custos decorrentes da mão de obra cujos valores não sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta (Assistência médica, etc.), exceto Vale Transporte.

18.5. Os custos decorrentes da mão de obra cujos valores não sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta (Assistência médica, etc.) e os demais insumos (custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço) serão reajustados, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = P0 \times 1 + (\text{variação acumulada do IPC} - \text{FIPE1 até o IPC} - \text{FIPE12})$$

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPC - FIPE - Geral = Índice de Preços ao Consumidor - Geral, publicado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;

IPC1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPC12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

18.5.1. No caso da impossibilidade em se obter a variação acumulada do IPC - FIPE - Geral, este será automaticamente substituído pelo IPCA - Índice Geral, mantendo-se o mesmo período de cálculo e vigência do reajuste.

18.6. O valor do Vale-Transporte será repactuado quando sobrevier ato normativo que alterar o valor do benefício, em periodicidade não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da vigência inicial do ato normativo em vigor à época da apresentação da proposta.

18.7. Os valores contratados dos custos decorrentes da mão de obra cujos valores e datas de vigência sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta serão repactuados após o período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

18.7.1. A repactuação para reajuste do contrato em razão de alteração no valor do vale transporte, novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra (valores) decorrente desses instrumentos,

sempre em periodicidade não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

18.7.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

18.7.3. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.7.3.1. a partir da ocorrência (vigência) do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

18.7.3.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.7.3.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que deu base à proposta, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos inicial que deu origem aos valores contratados; de planilha informando os novos valores decorrentes das alterações regulamentadas pela convenção Coletiva e apresentação do acordo, convenção ou dissídio coletivo que deu origem ao preço contratado e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

18.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.10. É vedada à Rede Mário Gatti vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

18.11. Para o cálculo da repactuação e do reajuste serão mantidos os percentuais relativos aos componentes do BDI e recompostos seus respectivos valores utilizando-se a mesma proporção da planilha original.

18.12. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

18.13. A apreciação de eventual pedido de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro do contrato pelo Contratante, sob amparo do que prescreve a alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como

notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado.

18.13.1. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pelo Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral do Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

18.13.2. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

18.13.3. O Contratante, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral do Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

18.13.4. Na hipótese de revisão de preços a favor da Municipalidade, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do Contrato.

18.14. As medições, pagamentos e outras providências para repactuação de preços serão efetuados em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência e Anexo II - Termo de Contrato deste Edital.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

19.1.1. advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

19.1.2. multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso no fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Nota de Empenho, cumulada com outras sanções;

19.1.3. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

19.1.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.3.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.3.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.3.6. não celebrar o contrato ou não aceitar ou retirar a Ordem de Fornecimento ou não entregar a documentação exigida para sua assinatura, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.3.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.3.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.3.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.3.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso IV, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

19.1.4. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando

não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

19.1.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.4.2. dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.4.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.4.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.4.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no item anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

19.1.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.5.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.5.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.5.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações

ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

19.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.1.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.1.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.1.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.1.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.1.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.4. É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.4.2. pagamento da multa;

19.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem **19.4.**

19.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação de licitante ou contratada, adicionalmente ao subitem 19.4, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo

responsável.

19.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.6.1. Possível acumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

19.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente.

19.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

19.9. Em se verificando a ocorrência de prejuízo a Rede Mário Gatti decorrente de ato punível praticado pela licitante será retido pela tesouraria o valor referente ao total do prejuízo sofrido junto aos créditos da mesma;

19.10. A retenção de valor se dará a título de ressarcimento de prejuízo sofrido não caracterizando penalidade e não exime a licitante de aplicação de sanção administrativa pelo ato punível;

19.11. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

19.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.12.1. O recurso de que trata o subitem 19.12 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

20.1. As condições de subcontratação, cessão e transferência do objeto do contrato decorrente desta licitação são as descritas no **Anexo I - Termo de Referência**.

21. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

21.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

21.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

21.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

21.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

21.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

21.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

21.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

21.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

21.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

21.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

21.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).

21.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

21.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos

Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

22. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018

22.1. É vedado à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado e/ou gerado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

22.2. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial aos dados pessoais e aos dados pessoais sensíveis – repassados e/ou gerados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

22.3. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente se der causa à danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados e/ou gerados em decorrência da execução contratual.

22.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso aos dados pessoais dos representantes legais, bem como dos procuradores da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

22.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

22.6. A CONTRATADA fica obrigada a informar aos seus colaboradores quanto ao tratamento de dados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, Decreto Municipal nº 21.903/22 e Lei Municipal nº 14.666/2013, devendo coletar o consentimento destes.

22.7. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.”

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. No processo licitatório a identificação e assinatura por pessoa física ou jurídica deverão ser digitais em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.063/2020 ou através da plataforma “GOV.BR”, do Governo Federal.

23.2. Fica assegurado à Rede Municipal Mário Gatti, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por motivo de conveniência e oportunidade, razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou proceder à sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

23.2.1. Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia

manifestação dos interessados.

23.3. As licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o(a) Pregoeiro(a) comunicará a nova data da sessão de disputa através do sistema “Compras” (www.gov.br/compras).

23.5. No interesse da Rede Municipal Mário Gatti, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, esta licitação poderá ter a sua abertura adiada ou o edital alterado.

23.6. Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

23.6.1. os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo.

23.6.2. os prazos expressos em dias úteis serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo normal na Rede Municipal Dr. Mário Gatti.

23.6.3. Considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou, a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

23.6.4. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

23.7. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução RMG 15/2022, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 23.460/2024 e Resolução RMG 03/2017.

23.8. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste edital.

23.9. Fica declarado competente o foro da Comarca de Campinas, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste edital, não resolvidas administrativamente.

Campinas, 14 de maio de 2026

Wânia Stefane

Presidente da Comissão de Licitação

Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo: HMMG.2025.00002179-32

Pregão Eletrônico: 90009/2026

Interessado: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Tipo de contratação: Ordinária

Critério de Julgamento: Menor valor global

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica, de qualidade e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial, individualizado, para avaliação, acompanhamento, manipulação e distribuição de refeições nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de insumos.
- 1.2. Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.
- 1.3. Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	CÓ- DIGO LICITA- ÇÃO	PCA	CÓ- DIGO SIM	DESCRIPTIVO	PRAZO DE VIGÊNCIA
1	20281 14397	0102 0124 0061 0096 0057	170068	Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica, de qualidade e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial, individualizado, para avaliação, acompanhamento, manipulação e distribuição de refeições nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar com fornecimento de insumos.	24 MESES

2.1. Descrição detalhada do serviço:

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DA JORNADA	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS POR DIA
Copeiro (a) Hospitalar	12hs diurno (Segunda a Domingo)	26
Copeiro (a) Hospitalar	12hs noturno (Segunda a Domingo)	5
Nutricionista Clínico	12hs diurno	3

	(Segunda a Domingo)	
Copeiro (a) Hospitalar (Oncologia e Endoscopia)	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	1
Nutricionista Supervisor de Copa e Qualidade	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	3
Nutricionista Clínico	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	11
Nutricionista Ambulatorial (Ambulatório Geral e UNACON)	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	2
Nutricionista Supervisor Clínico	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	1

2.1.1. A tabela indicada apresenta o quantitativo de profissionais por dia com a respectiva jornada de trabalho por plantão. Desta forma, a CONTRATADA deverá calcular a quantidade suficiente de profissionais para manter os plantões ocupados e ativos durante todo o período de funcionamento.

2.1.2. O dimensionamento do quadro de nutricionistas clínicos para as unidades de saúde desta instituição fundamenta-se na Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Tal norma estabelece o quantitativo de profissionais com base na complexidade da assistência e na proporção de pacientes internados por nutricionista. Com base nos critérios técnicos da referida norma, a necessidade mínima para as unidades é a seguinte:

2.1.2.1. Unidade CHPEO: 07 (sete) nutricionistas;

2.1.2.2. Unidade HMMG: 06 (seis) nutricionistas;

2.1.2.3. Unidade UPMG: 02 (dois) nutricionistas.

2.1.3. Embora os parâmetros do CFN utilizem como referência a jornada de 30 horas semanais, a instituição optou pelo restabelecimento da jornada de 40 horas semanais para as atividades horizontais, visando otimizar a cobertura e atender às especificidades assistenciais. A estrutura foi definida conforme segue:

2.1.3.1. Jornada Horizontal (8h diárias): Aplicada aos nutricionistas supervisores e à maior parte da equipe clínica das unidades HMMG e CHPEO.

2.1.3.2. Regime de Plantão (12x36h): Implementado nas unidades HMMG e CHPEO com a inclusão de 01 (um) profissional plantonista em cada uma e na UPMG como regime exclusivo para nutricionistas clínicos:

2.1.3.2.1. No total dessas das unidades HMMG e CHPEO, dos 13 profissionais previstos, 11 atuarão em regime horizontal e 02 em regime de plantão.

2.1.3.3. Esta configuração assegura o cumprimento integral do quantitativo exigido pela Resolução e garante a continuidade do serviço aos finais de semana e feriados.

- 2.1.3.4.** O regime de plantão tem como objetivo assegurar a manutenção da assistência em dia não úteis. Já as atividades de maior complexidade — como avaliações clínicas detalhadas e discussões de casos em equipes multiprofissionais — permanecem concentradas nos dias úteis, sob a responsabilidade dos profissionais de jornada horizontal.
- 2.1.3.5.** A unidade pediátrica "Mário Gattinho" possui dinâmica de atendimento e atuação das equipes multidisciplinares diferente da rotina das demais unidades que compõem a RMG e que possuem o cargo de nutricionista clínico. Por este motivo, os casos são discutidos, muitas vezes, mais de uma vez ao dia e, na especialidade pediátrica associada à forma de trabalho das equipes da UPMG, é vantajoso que o mesmo profissional nutricionista acompanhe o paciente do início da manhã até o final do período vespertino quando outras alterações dietéticas podem ser acordadas para o período noturno. Outro fator a ser levado em consideração é que a unidade física está apartada das unidades maiores e não há nutricionista de plantão que possa, com agilidade e eficiência, cobrir chamados da UPMG, caso esta tenha profissionais com carga horária de seis ou oito horas. Desta forma, torna-se necessário a atuação de plantonista em plantão de 12 horas.

2.1.4. Atividades a serem desempenhadas pela equipe:

- 2.1.4.1.** O Setor de Nutrição e Dietética fornecerá as especificações técnicas das dietas de rotina e distinção dos serviços a serem desenvolvidos e seus horários, no início do contrato e sempre que solicitada. O que corresponde, em resumo, às seguintes atividades:
- 2.1.4.1.1.** Horários de serviço de copa e entrega de refeições;
- 2.1.4.1.2.** Horários de liberação de prescrições médicas e mapas de dietas;
- 2.1.4.1.3.** Distribuição dos nutricionistas clínicos nas unidades de internação e ambulatorial;
- 2.1.4.1.4.** Apresentação das dietas via oral e enteral, disponíveis no portfólio da instituição;
- 2.1.4.1.5.** Apresentação das comissões permanentes, nas quais o serviço de nutrição tem representantes;
- 2.1.4.1.6.** As Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) não possuem atendimento de nutrição clínica devido às características deste tipo de unidade de saúde. A atuação do Setor de Nutrição fica restrita aos serviços de copa e à supervisão de copa, feita por nutricionista indicado no quadro informativo "Rede Mário Gatti – atuação multisetorial" – ANEXO H.
- 2.1.4.1.7.** As NUTRICIONISTAS deverão atender a Resolução vigente e suas atualizações do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN).
- 2.1.4.1.8.** O (s) supervisor (es) deverá (ão), obrigatoriamente, inspecionar os serviços no mínimo 01 (uma) vez por semana e sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

2.1.5. A prestação do serviço inclui a disponibilização de insumos:

INSUMOS	QUANTITATIVO MENSAL	LOCAL DE UTILIZAÇÃO
Rodos, baldes, panos de limpeza, hipoclorito, álcool, detergente, esponjas, sacos de lixo e mais o que achar necessário de acordo com a legislação vigente e/ou pré estabelecidas.	Deverá seguir rigorosamente o Procedimento Operacional Padrão (POP) apresentado pela CONTRATADA e previamente validado pela CONTRATANTE , garantindo a conformidade com as normas sanitárias vigentes, bem como o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para tal fim.	Nas copas de pacientes das unidades atendidas.
Papel sulfite	Deverá suprir suas equipes quanto aos insumos de papelaria e material impresso que tratem de assuntos apenas pertinentes a sua equipe e fluxo interno, como questões de RH, POPs e manuais próprios. A instituição se responsabiliza apenas pelo fornecimento de impressos que sejam de uso para atividades rotineiras voltadas ao paciente (censos, evoluções etc.).	Nas salas de Nutrição das unidades HMMG e CHPEO ficam instaladas impressoras para uso dos profissionais.

2.1.6. As atribuições e pré-requisitos dos profissionais, por unidade, seguem estabelecidos no **ANEXO F**, Distribuição de Profissionais nas Unidades no Anexo H e informações complementares para determinação do serviço de copa hospitalar no **ANEXO I**.

2.2. Da classificação do objeto: O objeto desta contratação se enquadra na descrição de serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA:

3.1. A prestação de serviços vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data indicada para o efetivo início da execução dos serviços em Ordem de Início dos Serviços, a ser emitido pela CONTRATANTE, até o adimplemento total das obrigações, podendo ser prorrogada nos termos do art.107 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Justificativa da contratação: O serviço de nutrição clínica compõe as equipes de saúde de apoio no diagnóstico e na conduta clínica de cuidados do paciente internado ou avaliado nas unidades da RMG. É determinante na indicação da melhor conduta dietoterápica, tanto para recuperação quanto para manutenção do estado nutricional ótimo, sendo importante reforçar

que, a desnutrição hospitalar e as doenças ligadas à alimentação são os maiores causadores de óbito no país. É esta equipe que também orienta e supervisiona a distribuição e administração de dietas, serviço este que é realizado pelo serviço de copa hospitalar.

Quanto ao serviço de copa hospitalar, trata-se do elo de ligação entre o prescrito como conduta nutricional do paciente e o atendimento efetivo dos que podem se alimentar por via tradicional (via oral). Esta equipe de mão de obra especializada verifica a dieta solicitada e entrega ao paciente os alimentos condizentes com o padrão estabelecido pelo nutricionista e o médico responsável. É digno de nota, ainda, informar que o serviço de copa atua e serve também, diretamente, os acompanhantes de pacientes hospitalizados ou em observação.

Portanto é condição essencial que o serviço de nutrição clínica e o serviço de copa hospitalar seja considerado um serviço único e não grupos distintos de trabalho. Tratar o grupo de profissionais requeridos neste protocolo como parte de um objeto único e não segmentado em itens/lotos potencializa a fiscalização, colabora para que a efetividade do serviço não se perca e traz segurança sobre a aplicação dos conceitos e protocolos do Serviço de Nutrição.

Desta forma, sem a presença deste quadro de colaboradores, o serviço de avaliação e cuidado nutricional, tanto na área clínica/de internação, quanto no pronto atendimento e no ambiente ambulatorial, além da entrega especializada de refeições e hidratação fica inoperante e coloca em risco a manutenção dos cuidados de saúde da população atendida pela Rede Mário Gatti.

4.2. Alinhamento entre a contratação e o plano anual de compras: encontra-se no quadro presente em item 2.

4.3. A justificativa da escolha da contratação: O modelo de contratação foi escolhido por oferecer maior controle sobre o impacto financeiro e o gerenciamento do serviço. Com escalas e custos fixados em edital, reduzem – se as chances de gastos extraordinários e assegura-se uma métrica clara para a fiscalização quantitativa e qualitativa do contrato pela RMG.

O Setor de Nutrição da RMG, com base no histórico de gerenciamento de contratos anteriores, identificou oportunidades de melhoria no desenho da escala de trabalho e no perfil dos profissionais. Tais ajustes, validados pela Diretoria Administrativa e pela Supervisão de Planejamento, foram incorporados a este projeto para garantir que o novo contrato esteja estritamente alinhado aos processos de trabalho específicos da Rede, otimizando a entrega e mitigando falhas operacionais pretéritas.

4.4. A descrição da solução como um todo: Com a escolha do Contrato de prestação de serviços com plantões e/ou jornada horizontal e quantidade de profissionais definidos pela CONTRANTE, garantimos a realização de um contrato com economicidade, transparência, competitividade e flexibilidade, além de prestação de serviço adequado às solicitações e demandas da instituição, quanto a mão de obra especializada de serviços de nutrição clínica, de qualidade e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial.

5. CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A CONTRATADA é responsável por garantir a execução plena do objeto deste termo de referência, sem qualquer interrupção, independentemente de suas eventuais necessidades de adaptação, desde a assinatura do Contrato.

5.2. A CONTRATADA deverá fornecer solução completa em recursos humanos, envolvendo planejamento, gerenciamento, implantação de procedimentos operacionais, providência e tramitação em todos os possíveis eventos relacionados ao serviço.

- 5.3. A CONTRATADA deve colaborar para a elaboração e efetiva implantação dos fluxos de trabalho e dos protocolos e diretrizes já vigentes ou que venham a ser implantado na Rede Mário Gatti.
- 5.3.1. Cabe à CONTRATADA a implementação de manuais de normas (POP's) de rotinas diárias e higienização amparadas em ditames éticos e legais que envolvem as Diretrizes para desempenho das atividades nas áreas dispostas, em conformidade com a validação da CONTRATANTE.
- 5.4. Os tipos de locais de serviços deverão estar de acordo com as leis vigentes e também com as convenções sindicais de trabalho da categoria.
- 5.5. Os serviços deverão ser prestados por meio do provimento de mão de obra especializada, que atuará sob integral responsabilidade da CONTRATADA, para realização das atribuições descritas, das condições exigidas e demais obrigações inerentes à atividade profissional.
- 5.6. Disponibilizar empregados em quantidade necessária para garantir a operação dos locais, nos regimes contratados, obedecendo às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 5.7. Todos os funcionários da CONTRATADA, circularão sem restrições nas áreas hospitalares, com atendimento aos usuários e afins.
- 5.8. Será rejeitada a indicação do profissional se constatado que a formação técnica/experiência é insuficiente ao objetivo proposto.
- 5.9. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento, aos profissionais atuantes, de uniforme, crachá de identificação com foto, bem como de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) exigidos pela NR 32 e NR 6 e suas alterações de acordo com a função e serviço executado pela equipe, em pleno atendimento às normas vigentes devendo ser mantidos em condições de uso, substituindo-os quando necessário ou determinado pela CONTRATANTE, bem como a coordenação de seus profissionais, oferecendo todo o suporte e orientação para correta e plena execução dos serviços.
- 5.10. **Recursos humanos:**
- 5.10.1. A execução do objeto contratual deverá ser realizada por profissionais legalmente habilitados para as funções especificadas neste Termo de Referência, que mantenham vínculo com a CONTRATADA por meio de relação de emprego, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou por meio de contrato de prestação de serviços entre pessoas jurídicas, desde que devidamente formalizado e com a emissão dos respectivos documentos fiscais.
- 5.10.1.1. É **expressamente vedada** a alocação, para a execução deste contrato, de profissionais que figurem como sócios participantes (ou ocultos) em uma estrutura de Sociedade em Conta de Participação (SCP) na qual a própria CONTRATADA (ou empresa de seu grupo econômico) figure como sócia ostensiva.
- 5.10.1.2. A vedação mencionada no item anterior fundamenta-se no desvirtuamento da natureza jurídica da Sociedade em Conta de Participação, cuja finalidade é de investimento, e não de prestação de serviços pelo sócio participante. Tal prática, quando utilizada para remunerar o trabalho, é considerada nula e

pode configurar fraude à legislação trabalhista e fiscal, conforme entendimento consolidado na jurisprudência pátria.

5.10.1.3. A CONTRATADA deverá declarar formalmente, quando da assinatura do contrato, que não utiliza e não utilizará o modelo societário de SCP para a alocação de profissionais na execução do objeto contratado, responsabilizando-se integralmente por essa condição durante toda a vigência contratual.

5.10.1.4. O descumprimento do disposto nesta cláusula será considerado falta grave, ensejando a aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis, incluindo a rescisão unilateral do contrato por parte da Administração.

5.10.2. Os profissionais deverão ter a qualificação conforme **ANEXO F**.

5.10.3. A quantidade de profissionais necessários para cobertura e funcionamento dos plantões deverá ser calculada pela CONTRATADA, observando e respeitando as normas aplicáveis, legislações trabalhistas, acordos e convenções coletivas das categorias profissionais.

5.10.4. Os serviços devem ser efetuados por profissionais devidamente treinados e aptos ao desempenho de todas as atribuições inerentes aos cargos a serem ocupados. A prestação dos serviços está condicionada e submetida às diretrizes institucionais da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/0001-76 Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902 de Dr. Mário Gatti.

5.10.5. A CONTRATADA deve garantir que os plantões/cargos sejam cobertos por profissionais devidamente capacitados para o exercício das funções e atribuições previstas no descritivo de Atribuições em **ANEXO F**.

5.10.6. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA, por meio de profissionais pertencentes ao seu quadro de pessoal, assumindo inteira responsabilidade por eles em todos os aspectos legais;

5.10.6.1. A documentação que comprova o vínculo dos profissionais bem como a documentação que comprova a qualificação dos profissionais deve ser apresentada com antecedência, de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as escalas de trabalho e relação dos nomes dos empregados contratados pela empresa prestadora de serviços terceirizados (RET) – **ANEXO G**, sob pena de glosa de pagamento do plantão caso não comprovados os requisitos exigidos.

5.10.7. A CONTRATADA deverá suprir e instalar os equipamentos de apoio de suas equipes, tais como:

5.10.7.1. Relógios de ponto e outros que se façam necessários, deverá haver relógio de ponto eletrônico em todas as unidades, conforme subitem 5.12.4., em quantidade e locais suficientes para que a distância entre os pontos não prejudique o início e final das jornadas.

5.10.7.1.1. Caberá à CONTRATADA o controle diário dos horários de entrada e saída de forma a garantir e comprovar o cumprimento da jornada integral do plantão.

- 5.10.7.2.** Elaborar o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e fornecer cópia à CONTRATANTE;
- 5.10.7.2.1.** Fornecer cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) e comprovante de imunização dos funcionários sempre que solicitado.
- 5.10.7.2.2.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente a legislação vigente quanto à comunicação de acidente de trabalho (CAT) e comunicar a CONTRATANTE a cada CAT aberta por e-mail;
- 5.10.7.2.3.** A CONTRATADA deverá manter em registro organizado todas as CAT's emitidas.
- 5.10.8.** Assumir todas as responsabilidades e tomar todas as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 5.10.9.** Caberá à CONTRATADA deliberar quanto ao grau de insalubridade ou periculosidade para cada unidade da Rede Mário Gatti.
- 5.10.10. Uniformes:**
- 5.10.10.1.** A CONTRATADA deverá fornecer uniformes, crachás e equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados ao desempenho da função, observando – se os padrões determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) /ou normas regulamentadoras com a NR32 e NR6 e suas atualizações;
- 5.10.10.1.1.** Crachá pessoal de identificação com foto recente, constando a logomarca da CONTRATANTE e a informação "à serviço da Rede Mário Gatti";
- 5.10.10.2.** Realizar a troca dos uniformes e equipamentos, sempre que necessário, sem ônus aos funcionários e à CONTRATANTE;
- 5.10.10.3.** Deverá haver especial atenção ao conforto térmico proporcionado pelos uniformes, através da escolha otimizada de tecidos e o fornecimento de peças em tamanho adequado;
- 5.10.10.4.** A CONTRATADA deverá garantir quantidade suficiente para troca regular e reposição em casos de necessidade de substituição todos os itens dos uniformes, equipamentos e complementos para que sempre estejam em boas condições.
- 5.10.10.5.** Os uniformes deverão estar sempre limpos e em boas condições de uso, sendo que todos os funcionários devem usá-los em serviço em todas as áreas, assim como os equipamentos e complementos.
- 5.10.11. Uso de Espaços, Equipamentos, Utensílios e Materiais:**
- 5.10.11.1.** O Setor de Nutrição e Dietética disponibilizará as instalações onde se encontra o Setor de Nutrição em funcionamento, incluindo instalações sanitárias, sala administrativa com mobiliário, equipamentos de informática, além de equipamentos e utensílios de copa e itens alimentícios necessários à execução dos serviços.

5.10.11.2. A CONTRATADA deverá suprir e instalar mobiliário e equipamentos de apoio para suas equipes, além daqueles patrimoniados da Rede Mário Gatti que se encontram à disposição do Setor de Nutrição, caso a CONTRATADA julgue necessário.

5.10.11.3. Entende-se como itens extras àqueles já existentes na instituição, mobiliário/material/equipamento de apoio: carrinhos de apoio/distribuição, mesas, cadeiras, armários, instrumentos de medição como balanças, adipômetros e fita métrica, entre outros.

5.10.11.4. Insumos obrigatórios:

5.10.11.4.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA a higienização de rotina e limpezas terminais necessários na copa, assim como o fornecimento de todo e qualquer material/equipamento de limpeza necessário, conforme legislação vigente e/ou instruções pré-estabelecidas.

5.10.11.4.1.1. Entende-se como material/equipamento de limpeza necessário: rodos, baldes, panos de limpeza, hipoclorito, álcool, detergente, esponjas, sacos de lixo, entre outros insumos relacionados a limpeza.

5.10.11.4.1.2. A destinação final dos resíduos é de responsabilidade da CONTRATANTE, porém a CONTRATADA deve fazer o acondicionamento dos resíduos recolhidos em sacos plásticos apropriados e transportá-los até o local de descarte indicado.

5.10.11.4.2. A CONTRATADA deverá suprir e instalar armários em número adequado para guarda de objetos pessoais dos colaboradores. Tais mobiliários serão instalados nas áreas indicadas pela CONTRATANTE.

5.10.11.4.3. A CONTRATADA deverá suprir, ainda, suas equipes quanto aos insumos de papelaria e material impresso que tratem de assunto apenas pertinentes a sua equipe e fluxo interno, como questões de RH, POP's e manuais próprios. A Instituição se responsabiliza apenas pelo fornecimento de impressos que sejam de uso para atividades rotineiras voltadas ao paciente (censos, evoluções etc.).

5.10.11.4.4. Ainda que exposta a lista de equipamentos mínimos, é fundamental a observância de que os integrantes da equipe deverão desempenhar, sem limitações, o escopo das funções descritas nos CBO's e, portanto, a CONTRATADA deverá prover quaisquer outros insumos e utensílios necessários, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

5.10.11.4.5. Caso houver equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

5.10.11.4.6. Identificar todos os equipamentos e ferramentas de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;

5.10.12. Das Escalas:

5.10.12.1. Mensalmente, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao gestor do contrato (através do seu coordenador administrativo), por e-mail ou fisicamente, com antecedência mínima de 05

(cinco) dias, as escalas de trabalho previstas para o mês subsequente, organizada por setores de trabalho. No primeiro mês de prestação de serviço a escala deve ser disponibilizada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

- 5.10.12.1.1.** As escalas deverão conter a informação dos profissionais escalados, nomes completos, número de registros do conselho de classe, local de atuação, jornada, turno e datas, assinadas pelo RT.
- 5.10.12.2.** A distribuição dos profissionais (**ANEXO H**) se dará por escala de trabalho previamente acordada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA mediante as necessidades da CONTRATANTE, garantindo a cobertura adequada para o atendimento às demandas do serviço.
- 5.10.12.3.** É responsabilidade de a CONTRATADA garantir a disponibilidade dos profissionais para os plantões definidos na escala mensal, atendendo integralmente às necessidades descritas pela CONTRATANTE.
- 5.10.12.4.** Caso necessite de alteração na escala que possa ser prevista deverá ser avisado por e-mail ao fiscal do contrato com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.10.12.4.1.** Se a alteração não puder ser prevista, a mesma deverá ser informada imediatamente por e-mail aos fiscais, com a devida justificativa, indicando os dados do profissional substituto.
- 5.10.12.5.** O modelo de escala deverá estar em acordo com o entendimento dos fiscais do contrato, do contrário, deverá ser modificada, a fim de permitir a correta fiscalização dos serviços.
- 5.10.12.6. Os plantões serão executados:**
- 5.10.12.6.1.** O Copeiro Hospitalar precisa estar acessível ao paciente 24 horas por dia, dado que o serviço de refeições funciona 24 horas ininterruptas nas unidades de internação HMMG, UPMG e CHPEO todos os dias. Desta forma, opta-se pela escala de trabalho em plantões de 12 horas, com maior concentração de profissionais no período diurno (quando se serve quatro das cinco refeições fixas do dia) e menor número no período noturno (quando se serve a ceia e se atende chamados de plantão e pedidos específicos para preparo de exames).
- 5.10.12.6.1.1.** O Copeiro deverá executar suas atribuições sob a supervisão do Nutricionista.
- 5.10.12.6.1.2.** Durante o período diurno cada copa hospitalar das unidades citadas precisa manter 02 copeiros para o serviço.
- 5.10.12.6.1.3.** No período noturno, em cada unidade (HMMG e CHPEO), deverá ter 2 (dois) profissionais que devem se dividir pelas alas dessas unidades e na unidade UPMG (Mário Gattinho) é necessário 1 (um) profissional para responder pelos leitos da unidade pediátrica.
- 5.10.12.6.1.4. Copeiros (Escala 12 x 36):**

5.10.12.6.1.4.1. HMMG e CHPEO:

5.10.12.6.1.4.1.1. 12 horas diurnas nos horários da 07:00 às 19:00 – 9 funcionários para cada unidade.

5.10.12.6.1.4.1.2. 12 horas diurnas nos horários da 09:00 às 21:00 – 1 funcionário para cada unidade.

5.10.12.6.1.4.1.3. 12 horas noturnas nos horários da 19:00 às 07:00 – 2 funcionários para cada unidade.

5.10.12.6.1.4.2. Unidade Pediátrica Mário Gattinho (UPMG):

5.10.12.6.1.4.2.1. 12 horas diurnas nos horários da 07:00 às 19:00 – 2 funcionários.

5.10.12.6.1.4.2.2. 12 horas noturnas nos horários da 19:00 às 07:00 – 1 funcionário.

5.10.12.6.1.4.3. UPA's Anchieta, Carlos Lourenço, Dr. Sérgio Arouca (Campo Grande) e São José:

5.10.12.6.1.4.3.1. 12 horas diurnas nos horários da 07:00 às 19:00 – 1 funcionário para cada unidade.

5.10.12.6.1.4.4. Nutricionista Clínico:

5.10.12.6.1.4.4.1. HMMG, UPMG e CHPEO:

5.10.12.6.1.4.4.1.1. 12 horas diurnas nos horários da 07:00 às 19:00 – 1 funcionário para cada unidade.

5.10.12.6.1.4.5. As escalas dos profissionais que executarão **Jornada Horizontal** serão feitas priorizando o turno matutino e/ou outra organização, a fim de acompanhar as visitas multiprofissionais e as discussões de caso.

5.10.12.6.1.4.5.1. O atendimento realizado pelo Nutricionista Ambulatorial e os Cargos de Supervisão (Clínica e Copa) atuarão estritamente em horário comercial de segunda à sexta – feira.

5.10.13. Os setores não poderão, sob nenhuma hipótese, ficar sem a presença de profissional durante o período da jornada do respectivo plantão devendo a CONTRATADA sempre condicionar a entrada no plantão de um colaborador, à saída de outro, cabendo ao CONTRATANTE a solicitação de permanência do colaborador do plantão, em caso de atraso e/ou de ausência, até que o preposto possa tomar as providências cabíveis.

5.11. Da substituição/reposição dos profissionais ausentes ou faltantes:

- 5.11.1.** Por se tratar de serviço essencial que deverá ser executado de forma ininterrupta, a CONTRATADA deve garantir e providenciar substituição/reposição imediata em caso de ausência dos profissionais ausentes ou faltantes seja por motivo de férias, licenças ou outras ausências quaisquer, para não ocasionar desassistência aos usuários, estando sujeita a intercorrer nas penalidades cabíveis;
- 5.11.1.1.** Atender, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 5.11.2.** Visando a boa tramitação das obrigações nos locais de trabalho, em acordo com a escala de serviços, deverão ser enviadas na competência anterior à execução dos serviços, com os nomes dos funcionários e identificações dos locais (detalhamento do local na unidade); em caso de férias ou licença prolongada, o local deve ser coberto por um mesmo funcionário, cabendo a CONTRATADA a responsabilidade pelo gerenciamento de seu quadro de pessoal, incluindo a escala de feristas e folguistas, de modo a garantir a manutenção integral e ininterrupta do serviço contratado.
- 5.11.3.** Ressaltamos que não deve haver cobertura de férias com horas extras e nem profissionais não vinculados ao contrato;
- 5.11.4.** Sendo constatada a falta de funcionário nas “entregas/passagens” de plantão ou LTS (licença de tratamento de saúde), deverá efetuar a reposição do funcionário, no prazo máximo de 02 (duas) horas; não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra), de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços;
- 5.11.5.** Comunicar à unidade da CONTRATANTE que administra o contrato toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer integrante da equipe que esteja prestando serviços.
- 5.11.6.** Em caso de substituição ou inclusão, os novos profissionais deverão ter as mesmas qualificações exigidas para o respectivo plantão e deverá manter as condições exigidas neste Termo de Referência.
- 5.11.6.1.** O profissional que vier a substituir outro, por qualquer motivo que seja, deverá pertencer ao quadro funcional da Contratada e estar devidamente uniformizado, identificado com crachá e em posse dos EPI's, assim como treinado e qualificado para as atribuições determinadas. Portanto, recomenda-se que o quadro de colaboradores da contratada possua profissionais "feristas" e "folguistas", pois o dimensionamento dos recursos humanos deverá estar de acordo com o cargo e o número de profissionais solicitados para cada unidade que compõe a Rede Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.
- 5.11.7.** As substituições deverão se dar no prazo máximo de 02 (duas) horas, salientando que o local não deverá estar vago, devendo ser aguardada a chegada do substituto.
- 5.11.8. Vacância:**
- 5.11.8.1.** Será considerada vacância total no plantão a ausência do profissional designado para o serviço contratado, nas situações constantes dos itens 5.11.8.1.1 a 5.11.8.1.5, e vacância

parcial a ocorrência de comparecimento ao plantão com período de atraso inferior aos limites estabelecidos nos itens 5.11.5.1.2 e 5.11.8.1.3, a seguir indicados:

- 5.11.8.1.1.** Não comparecimento ao local designado dentro do horário estabelecido para o plantão;
- 5.11.8.1.2.** Atraso superior a 60 (sessenta) minutos após o horário de início do plantão nas hipóteses de plantões de 06 (seis) horas;
- 5.11.8.1.3.** Atraso superior a 02 (duas) horas após o horário de início do plantão na hipótese de plantões de 12 (doze) horas;
- 5.11.8.1.4.** Atraso superior a 12 (doze) horas na hipótese de plantões de 24 (vinte e quatro) horas;
- 5.11.8.1.5.** Abandono do plantão antes do encerramento do período previsto, sem justificativa formal previamente aceita pela CONTRATANTE.

5.11.8.2. Cálculo de desconto:

- 5.11.8.2.1.** Em caso de vacância total será descontado o valor relativo a 100% das horas estabelecidas para o plantão, assim como hipótese de vacância em regime mensal, aplica-se desconto integral do valor para o período correspondente;
- 5.11.8.2.2.** Em caso de vacância parcial, será aplicado um desconto proporcional ao período não cumprido, conforme a fórmula abaixo:
- 5.11.8.2.3.** $\text{Desconto} = \text{Valor Total do Plantão} \times (\text{Horas não cumpridas} / \text{Total de horas do plantão}).$

5.12. Das condições específicas da Avaliação Qualitativa dos Serviços:

- 5.12.1.** A CONTRATADA deverá atender às metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme formulário constante no **ANEXO E**, estando a prestação dos serviços sujeita a glosas proporcionais ao resultado obtido na avaliação mensal. A verificação do desempenho será realizada pela equipe de fiscalização, em conjunto com o Gestor do Contrato, mediante aplicação do referido formulário e apuração das vacâncias ocorridas no período. A CONTRATADA deverá tomar ciência formal do resultado da Avaliação da Qualidade dos Serviços e promover, em articulação com a CONTRATANTE, as ações corretivas necessárias para os itens classificados como “conformidade parcial” ou “não conformidade”, visando à melhoria contínua da execução contratual. A equipe de fiscalização em conjunto com o Gestor do Contrato realizará a avaliação da prestação do serviço utilizando o formulário em **ANEXO E**, bem como a medição das vacâncias do período.
- 5.12.2.** As atribuições do Gestor e do Fiscal de Contrato, para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, estão definidas e regulamentadas no Manual Institucional da Rede Mário Gatti, devendo ser rigorosamente observadas pela CONTRATADA no Link: https://redemariogatti.sp.gov.br/assets/manual_de_gestao_e_fiscalizacao_segunda_versao_final.pdf

5.12.3. Os serviços serão faturados mensalmente, contemplando todos os plantões efetivamente executados, descontos e glosas referentes ao mês avaliado.

5.12.3.1. Enviar toda a documentação, comprovante dos serviços prestados, mensalmente, em acordo com as necessidades de fiscalização e da gestão do contrato. Sejam de forma totalizada, fragmentada em razão do tempo, unidade de execução e funcionário em específico ou qualquer outro critério apontado pela gestão do contrato. Ainda, finalizado o contrato, a CONTRATADA será responsável por, a qualquer tempo, reenviar informações, es-
tratificadas, se necessário, em vistas a processos judiciais e afins decorrentes do período contratual ordinário.

5.12.4. Locais de execução:

5.12.4.1. A prestação dos serviços será realizada no (s) seguinte (s) endereço (s):

5.12.4.1.1. Hospital Municipal Dr. Mário Gatti (HMMG) e UNACON, ONCOLOGIA E ENDOSCOPIA - Av. Prefeito Faria Lima, nº 340 – Parque Itália – Campinas/SP - CEP: 13036-902;

5.12.4.1.2. Unidade Pediátrica Mário Gattinho (UPMG) - Av. das Amoreiras, nº 315 – Parque Itália – Campinas/SP - CEP: 13036-225.

5.12.4.1.3. Complexo Hospitalar Prefeito Edvaldo Orsi – CHPEO - Avenida Ruy Rodrigues, nº 3.434 – Jardim Yeda - Campinas/SP – CEP: 13060-646;

5.12.4.1.4. UPA Pastor Agostinho Godinho de Souza - Anchieta Metropolitana - Avenida Papa João Paulo II, nº 602 – Conjunto Habitacional Padre Anchieta - Campinas/SP – CEP: 13068-219;

5.12.4.1.5. UPA São José - Rua Bertholdo Fernandes de Castro, nº 159 – Jardim das Bandeiras - Campinas/SP – CEP: 49500-000;

5.12.4.1.6. UPA Dr. Sérgio Arouca (Campo Grande) - Rua Dirce de Oliveira Santos, nº 280 – Jardim Alto Belém - Campinas/SP – CEP: 13058-002;

5.12.4.1.7. UPA Carlos Lourenço - Rua Praia da Urca, nº 30 – Jardim Carlos Lourenço - Campinas/SP – CEP: 13100-678;

5.12.4.2. Caso venham a serem incorporadas novas Unidades, o quantitativo correspondente deverá ficar sujeito aos aditamentos previstos na Lei.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste contrato. A execução do objeto contratual deverá ser realizada diretamente pela CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

6.2. O objeto trata de prestação de serviços de copeira e nutrição com dedicação exclusiva de mão de obra em unidades de saúde. Trata-se de atividade de suporte assistencial crítico,

onde a manipulação de dietas hospitalares impacta diretamente a recuperação dos pacientes e a segurança alimentar no ambiente hospitalar. A fragmentação da execução por meio de subcontratação elevaria o risco de falhas sanitárias e nutricionais.

- 6.3.** A introdução de terceiros (subcontratados) na cadeia de prestação de serviços compromete o controle direto da Administração sobre o cumprimento das rotinas operacionais e técnicas. A comunicação ineficiente entre a Administração, a contratada principal e uma eventual subcontratada geraria um hiato de responsabilidade, dificultando a aplicação de sanções e a aferição da qualidade do serviço prestado.
- 6.4.** Considerando que o serviço exige treinamento específico para atendimento em ambiente de saúde, a Administração busca garantir que a empresa detentora da melhor proposta técnica e econômica seja a executora direta. A subcontratação poderia resultar na perda de controle sobre a qualificação da mão de obra, comprometendo a responsabilidade solidária/subsidiária e a integridade das rotinas de apoio essenciais às unidades de saúde.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no Art. 125 da Lei 14.133/21.
- 7.2.** A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:
- 7.2.1.** Iniciar a prestação dos serviços na data indicada na Ordem de Início dos Serviços;
- 7.2.2.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;
- 7.2.3.** Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta contratação;
- 7.2.3.1.** Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste termo de referência;
- 7.2.4.** Prestar à Rede Dr. Mário Gatti, quando solicitadas, informações do andamento dos serviços, bem como comunicar à Instituição quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 7.2.5.** Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da lei n.º 14.133/21;

- 7.2.6.** Executar os serviços nas condições estabelecidas no Termo de referência.
- 7.2.7.** Refazer os serviços em desacordo no prazo estabelecido neste termo de referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;
- 7.2.8.** Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 7.2.9.** Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades durante a execução dos serviços, prestando as elucidações que se fizerem necessárias;
- 7.2.10.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- 7.2.11.** A CONTRATADA em suas comunicações e interlocuções deverá respeitar o descrito neste termo de referência, devendo as mesmas proceder por e-mail ou documento se assim couber.
- 7.2.12.** A CONTRATADA deverá respeitar e observar todas as diretrizes dos agentes públicos que atuarem como fiscais e gestores de contrato, os quais realizarão a fiscalização direta dos serviços prestados para acompanhamento e garantia do cumprimento das exigências, princípios e condições especificados.
- 7.2.13.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Rede Mário Gatti, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.
- 7.2.14.** Informar ao Gestor do contrato e ao Setor de Gestão de contratos da Rede Mário Gatti, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- 7.2.15.** É expressamente vedada à CONTRATADA a cobrança de qualquer importância dos pacientes.
- 7.2.16.** A CONTRATADA não reproduzirá, divulgará ou utilizará em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;
- 7.2.17.** Comprovar a formação técnica específica, mediante apresentação do Certificado de Curso de Formação de Nutricionistas com a Chancela do órgão competente:
- 7.2.17.1.** Responsabilizar-se pela alocação de profissionais devidamente habilitados, portando obrigatoriamente a respectiva Inscrição ativa no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da respectiva região, conforme Lei nº 8.234/1991.
- 7.2.17.2.** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, o seu quadro de profissionais com a capacitação mínima exigida, estando à contratação/vínculo destes profissionais de acordo com as leis vigentes;

- 7.2.18.** Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;
- 7.2.19.** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação;
- 7.2.20.** A CONTRATADA, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventual demanda judicial ajuizada em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATADA, de forma a eximir a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar de qualquer forma de responsabilidade, seja esta, direta, solidária ou subsidiária;
- 7.2.21.** Responsabilizarem-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações judiciais, demandas, custos e despesas decorrentes de atos ou omissões, ocorridos por culpa da CONTRATADA ou de quaisquer de seus funcionários e preposto, obrigando-se a arcar com todos os custos ou quaisquer responsabilidades decorrentes de condenação ou apuração, que venham a ser exigidas, ligadas ou não ao cumprimento do objeto da contratação;
- 7.2.22.** Responsabilizar-se por remunerar os profissionais contratados para prestação dos serviços com salários não inferiores ao piso salarial das respectivas categorias, firmado em acordo, convenção ou dissídio coletivo;
- 7.2.23.** Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus funcionários, diretamente à Administração Pública ou a terceiros, nas áreas cobertas pelo Contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, devendo ser adotadas providências necessárias dentro de 48 (quarenta e oito) horas, depois de comunicado pela CONTRATANTE;
- 7.2.24.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações de boa técnica, normas e legislação;
- 7.2.25.** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências e equipamentos necessários aos serviços;
- 7.2.26.** Executar os serviços de tal forma que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;
- 7.2.27.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração Pública.
- 7.2.28.** Cumprir a reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados do INSS e aprendizes, conforme o art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.28.1.** Comprovar o cumprimento dessa reserva quando solicitado pela fiscalização.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a sua execução;
- 8.2. Emitir a Ordem de início dos serviços com no mínimo 30 dias de antecedência da data indicada na ordem de início dos serviços.
- 8.3. Indicar o gestor, fiscais técnico e administrativo para acompanhamento da execução contratual;
- 8.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de pessoa por ela credenciada (preposto);
- 8.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.6. Comunicar à CONTRATADA qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;
- 8.7. Fornecer todas as informações necessárias à execução dos serviços;
- 8.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 8.10. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os profissionais da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.11. Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total dos serviços, as sanções administrativas previstas no Termo de Contrato, Termo de Referência e seus anexos;
- 8.12. Comunicar mensalmente a CONTRATADA quanto ao resultado da avaliação mensal da qualidade da execução contratual (Anexo E).
- 8.13. Estabelecer o prazo de 1 (um) mês para resposta aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.13.1. Condicionar o início desse prazo à apresentação de toda a documentação necessária pela CONTRATADA.

9. DO PREPOSTO

- 9.1. A CONTRATADA deverá indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com os serviços prestados, no ato da assinatura do

contrato, através de documento em papel timbrado e assinado pelo responsável legal, informando nome completo, nº do CPF e documento de identidade, dados relacionados à sua qualificação profissional, número de telefone, e-mail, aparelhos de rádio chamada e de qualquer outro meio de comunicação do preposto, que permita a agilidade no contato;

- 9.2. O preposto deverá atuar de forma disponível, fazendo-se presente no local da execução do contrato sempre que necessário.
- 9.3. O preposto deverá realizar visitas mensais nas Unidades da Rede Mário Gatti, devendo comparecer à Administração, com horário previamente agendado, vistoriar adequadamente as instalações, verificando as necessidades diárias de serviço e orientando devidamente os funcionários da CONTRATADA;
- 9.4. O preposto deve atender às solicitações dos gestores e ser apto a esclarecer questões relacionadas à prestação dos serviços, administração de pessoal, documentos fiscais, desenvolvimento das tarefas e informações contratuais.
- 9.5. O preposto deverá abster-se de tomar decisões e adotar providências que ultrapassem sua área de competência.
- 9.6. O preposto, uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, deverá apresentar-se ao Gestor do Contrato para a execução dos serviços contratados;
- 9.7. O preposto deverá estar apto a esclarecer a CONTRATANTE as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, assim como informações sobre verbas trabalhistas, rescisórias, férias e planilha de custo dos funcionários e quaisquer outras relacionadas à execução dos serviços, se aplicável;
- 9.8. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;
- 9.9. O preposto deverá acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes, crachá pessoal de identificação com fotografia recente, equipamentos e materiais junto a CONTRATADA;
- 9.10. O preposto deverá conhecer, na íntegra, o contrato firmado entre as partes, não podendo alegar desconhecimento das cláusulas contratuais;
- 9.11. A CONTRATADA poderá nomear de preposto um dos funcionários que compõem seu quadro de profissionais, se aplicável, desde que as atribuições não entrem em conflito com as competências estabelecidas.
- 9.12. Caso seja necessária a CONTRATANTE poderá realizar chamados emergenciais com visita do preposto, o qual deverá ser atendido em até 48 (quarenta e oito) horas.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Documentos a serem enviados na proposta:

10.1.1. Atestado de capacidade Técnica:

10.1.1.1. *Comprovação de aptidão para a execução de serviços ao objeto da contratação, por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.*

10.1.1.1.1. Para fins de comprovação de que se trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características:

10.1.1.1.1.1. O atestado de capacidade técnica deverá comprovar a execução de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, observando, no mínimo, 50% da quantidade total de:

10.1.1.1.1.1.1. Plantões, no caso de regime de trabalho em escala (plantonistas);

10.1.1.1.1.1.2. Horas de serviço, no caso de regime de jornada contínua (horizontal).

10.1.1.1.1.1.3. Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses na prestação dos serviços, sendo admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados em períodos sucessivos ou não.

10.1.1.2. O atestado deve conter:

10.1.1.2.1. Nome da empresa;

10.1.1.2.2. Endereço completo;

10.1.1.2.3. Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado;

10.1.1.2.4. Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função.

10.1.1.2.5. Serviços realizados;

10.1.1.2.6. Data de início e fim do respectivo contrato.

10.1.1.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

10.1.2. Atestado de Visita Técnica:

10.1.2.1. *Atestado de Visita Técnica – **ANEXO B** - certificando que a interessada efetuou ou não visita no local das instalações da unidade hospitalar, onde serão prestados os serviços contratados assumindo, incondicionalmente, a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta contratação.*

10.1.2.2. *O agendamento deve ser efetuado previamente pelo telefone (19) 3772-5855 com o Sra. Maria Raquel Venturini, responsável pelo setor de nutrição e dietética das Unidades*

HMMG E UPMG e pelo telefone (19)3772-8395 com a Sra. Valéria da Costa Caldeiron, responsável pelo setor de nutrição e dietética das Unidades CHPEO e UPA's ou agente por ele designado, optando por sua realização ou não.

10.1.2.3. *A empresa que optar por não realizar a visita técnica, tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, e assume total responsabilidade por este fato, e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE e se responsabilizará pelas informações prestadas na sua proposta e deverá arcar com as despesas não previstas.*

10.1.2.4. Para a vistoria, a licitante ou seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10.1.3. Planilha, detalhada, da composição de custos:

10.1.3.1. Planilha de Composição de Custos – **ANEXO C** - detalhada por plantão e horas, a fim de permitir a verificação clara de todos os custos e despesas referentes à execução contratual, desde equipamentos fornecidos, insumos, despesas de natureza administrativa, tributos, demais encargos, lucro, e demais incidentes, detalhando os custos com a mão de obra dos profissionais alocados, por função.

10.1.3.2. Deverá apresentar, em separado, uma planilha para cada categoria, com custo unitário, em acordo com a unidade de medida da categoria.

10.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato as seguintes documentações:

10.1.4.1. Atestado de Responsabilidade Técnica, comprovando que possui, no mínimo, um (01) profissional nutricionista responsável técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), podendo o mesmo ser um profissional empregado da empresa ou profissional sócio, diretor ou proprietário;

10.1.4.2. Atestado de Responsabilidade Técnica do nutricionista que responderá como tal pela equipe de trabalho na Rede Mário Gatti, devidamente registrado no CRN-3;

10.1.4.3. A lista de funcionários com a quantificação e qualificação das funções e cargos compatíveis com o objeto licitado;

10.1.4.4. Seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

10.1.5. Em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Ordem de Início dos Serviços, e sempre que houver alteração de veículos ou profissionais, a CONTRATADA deverá fornecer as seguintes documentações:

10.1.5.1. Apresentar o PCMSO – Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional.

10.1.5.2. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) com exames próprios para manipuladores de alimentos (no caso de copeiros) e vacinas contra Tétano e Hepatite B.

11. MEDIÇÃO E APURAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão faturados mensalmente.

11.2. O período a ser faturado deverá ser sempre do 1º ao último dia do mês

11.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao GESTOR DO CONTRATO da Rede Mário Gatti Relatório de Prestação de Serviços no primeiro dia útil após o encerramento do período estabelecido no subitem 11.2.

11.3. Compete ao GESTOR DO CONTRATO o envio do Relatório devendo identificar os serviços prestados de acordo com termo de referência e seus anexos que compõe o valor da Nota Fiscal mensal contendo quantitativo e valores - **ANEXO D** (Relatório para Prestação de Contas) - e qualitativo - **ANEXO E** (Instrumento de Medição de Resultado - IMR) - para fins de prestação de contas, assinado e datado pela empresa e pelo Gestor do Contrato.

11.3.1. As ocorrências deverão ser documentadas e atestadas pelos agentes públicos designados como FISCAL e/ou GESTOR DO CONTRATO, responsáveis pela comprovação dos fatos, implicarão no aceite, aceite parcial ou rejeição total da Nota fiscal, e poderão ser objeto de regular apuração da conduta da CONTRATADA através de abertura de processo administrativo específico, garantida a ampla defesa e contraditório.

11.4. A medição submetida ao GESTOR DO CONTRATO poderá ser ou não aprovada no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

11.5. Após conferência dos relatórios por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar à unidade gestora da Rede Mário Gatti, a nota fiscal mensal referente aos serviços prestados no 1º dia útil do aceite da medição.

11.6. Para a emissão da Nota Fiscal, deverá ser considerado o valor mensal da medição.

11.7. A nota fiscal deverá conter a identificação do número do processo administrativo, número da nota de empenho, períodos e/ou mês de referência da execução dos serviços e a descrição do objeto do contrato.

11.8. A nota fiscal não aprovada pela Rede Mário Gatti será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

11.9. A devolução da fatura não aprovada pela CONTRATANTE, em hipótese nenhuma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

11.10. Após emissão e aceite definitivo da Nota Fiscal, a CONTRATANTE através do GESTOR DO CONTRATO, deverá assinar, datar, efetuar a recepção da nota fiscal e encaminhar para liquidação até o 1º dia útil após seu recebimento.

11.11. Na hipótese de a CONTRATADA não apresentar comprovação do recolhimento do FGTS e Contribuição Previdenciária dos segurados, e eventuais verbas trabalhistas e fundiárias mensal, a

CONTRATANTE poderá reter ou deduzir parte do pagamento devido a CONTRATADA até a sua devida regularização.

11.12. Os impostos passíveis de retenção como ISSQN, IRRF e INSS, a CONTRATANTE reterá os valores devidos e efetuará o recolhimento ao respectivo ente federativo.

11.12.1. A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do dos impostos a serem retido na operação, de acordo com a legislação vigente.

11.12.2. No caso de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, as pessoas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar esta condição na nota fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem - se à retenção dos impostos percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

12. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

12.1. O prazo de pagamento será de 10 (dez) dias fora a dezena (DFD), contado a partir da data de aceite da Nota Fiscal pelo GESTOR DO CONTRATO, após a recepção das notas fiscais pelos responsáveis.

13. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

13.1. Será exigida a garantia de execução contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, consoante o artigo 96 combinado e seguintes da Lei n.º 14.133/21.

13.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

13.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

13.2.2. Seguro-garantia;

13.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

13.2.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

13.3. As garantias serão prestadas como condição para assinatura do instrumento de contrato

13.3.1. O contratado quando optar pela modalidade do seguro-garantia, terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para prestação da garantia.

- 13.4.** A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato e após a comprovação da quitação plena de todas as obrigações trabalhistas e acessórias.

14. COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

- 14.1.** A proponente deverá apresentar os seguintes valores segundo modelo de proposta constante **ANEXO A:**

14.1.1. Valor mensal;

14.1.2. Valor total para 24 meses;

14.1.3. Valor Global para 24 meses.

14.2. Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, expressos em números, na moeda corrente nacional, com no máximo 04 (quatro) casas decimais e apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade, incluindo os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, bem como as demais despesas diretas e indiretas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias à execução dos serviços, encargos fiscais e comerciais que ficarão a cargo da CONTRATADA.

14.3. Considerar os preços propostos completos e suficientes para a execução do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA.

15. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

15.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL.

15.1.1. Da divisão da licitação: A presente contratação não será dividida em cota, por se tratar de contratação de empresa para prestação de serviço.

16. ESTIMATIVA DOS PREÇOS

16.1. O custo estimado do objeto será apurado em pesquisa de mercado a ser realizada junto a Coordenadoria de Compras da Rede Mário Gatti.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. A despesa deverá correr na(s) linha(s) orçamentária(s):

17.1.1. CHPEO - 58303 - 10.302.1061.4254.0000 - 3.3.90.39 - 0001.310000

17.1.2. HMMG - 58304 - 10.302.1061.4254.0000 - 3.3.90.39 - 0001.310000

17.1.3. UPA'S - 58305 - 10.302.1024.4251.0000 - 3.3.90.39 - 0001.310000

17.1.4. UPMG - 58308 - 10.302.1061.4254.0000 - 3.3.90.39 - 0001.310000

17.1.5. REDE - 58306 - 10.302.1024.4252.0000 - 3.3.90.39 - 0001.310000

ANEXO "A" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL
(Em papel timbrado da Empresa)

Processo Administrativo: HMMG.2025.00002179-32

Pregão Eletrônico: 90009/2026

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Interessado: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Critério de Julgamento: Menor valor global

Razão Social:		
CNPJ:		
Data da proposta: 00/00/2025		
Condições de pagamento: Conforme edital	Faturamento mínimo:	
E-mail:	Telefone: (XX)	
Prazo de entrega: Conforme edital		
Endereço Completo:		
Dados Bancários:	Agência:	C/C:
Nome Proponente:		
CPF:	E-mail:	

SERVIÇO	JORNADA	QUANTIDADE DE PLANTÕES/PROFISSIONAIS POR DIA	VALOR MEN-SAL (R\$)	VALOR PARA 24 MESES (R\$)
Copeiro (a) Hospitalar	12hs diurno (Segunda a Domingo)	26		
Copeiro (a) Hospitalar	12hs noturno (Segunda a Domingo)	5		
Nutricionista Clínico	12hs diurno (Segunda a Domingo)	3		
TOTAL		34		
SERVIÇO		QUANTIDADE DE PRO-FISSIONAIS POR DIA	VALOR MEN-SAL (R\$)	VALOR PARA 24 MESES

	JORNADA HORIZON- TAL			MESES (R\$)
Copeiro (a) Hospitalar (On- cologia e Endoscopia)	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	1		
Nutricionista Supervisor de Copa e Qualidade	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	3		
Nutricionista Clínico	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	11		
Nutricionista Ambulatorial (Ambulatório Geral e UNA- CON)	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	2		
Nutricionista Supervisor Clí- nico	40hs semanais diurno (Segunda a Sexta)	1		
TOTAL		18		
VALOR GLOBAL PARA 24 MESES				

Observações:

- 1) A licitante deverá declarar que aceita o prazo de **validade da proposta de 90 (noventa) dias**, as condições de pagamento, assim como todas as demais condições exigidas no Edital e seus anexos.
- 2) A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e assinada pelo representante legalmente constituído.

ANEXO B

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA / DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

PROCESSO SEI Nº HMMG. _____

INTERESSADO: _____

Assinalar uma Opção:

() Atestamos, para o fim de participar da contratação, que a empresa _____ visitou e tomou conhecimento das condições do local onde serão executadas os serviços, tomando ciência de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na prestação dos serviços objeto do presente termo.

() Declaramos que a empresa _____ não efetuou a visita técnica no local onde serão prestados os serviços, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas neste termo.

Campinas, de de 202__.

Representante Empresa

Nome: _____

Assinatura: _____

Responsável pela Rede Mário Gatti

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXO C
MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Processo Administrativo: HMMG.2025.00002179-32

Pregão Eletrônico: 90009/2026

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Interessado: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Critério de Julgamento: Menor valor global

Descrição	Valor Unitário (R\$)
1. Montante A	
1.1. Salário	
1.2. Encargos Sociais e Trabalhistas (Discriminar)	
1.3. Uniforme	
1.4. Benefícios (vale refeição, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, etc.)	
1.5. Outros	
Total Montante A	
2. Montante B	
2.1. Equipamentos	
2.2. Utensílios	
2.3. Ferramentas	
2.4. Materiais	
2.5. Outros (Discriminar)	
Total Montante B	
Total Montante A + B	
3. Montante C	
3.1. PIS/PASEP	
3.2. COFINS	
3.3. ICMS/ISS	
3.4. Despesas Administrativas	
3.5. Lucro	
Total Montante C	
Total Geral (Montante A + B + C)	
Percentual da receita bruta relativa ao INSS (vide nota 3)	
Valor total da contratação	

NOTA 1: A licitante vencedora poderá ajustar a sua planilha, contanto que apresente todas as informações necessárias da estrutura de custos de seus preços.

NOTA 2: A planilha deverá contemplar todos os custos de mão de obra, equipamentos, utensílios, ferramentas e materiais, demais custos diretos e indiretos envolvidos na execução do serviço.

NOTA 3: No caso de a empresa ser beneficiada com a "desoneração da folha de pagamentos" (Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e suas alterações), deverá discriminar o percentual de desconto aplicado em sua receita bruta (relativo ao INSS)

**Nome e assinatura
Gestor contratual**

ANEXO D
RELATÓRIO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Objeto: _____

Período de fechamento: mês de referência (ex: janeiro/2025...)

Nota fiscal nº _____

Especificação da função	Dias	Quantidade de Plantões ou horas	Valor Total do Plantão ou hora	Efetivamente cumprido (percentual)	Valor a faturar
					R\$ 0,00
					R\$ 0,00
					R\$ 0,00
Valor Total da Nota Fiscal					R\$ 0,00

Campinas, ____ de _____ de 202__.

Nome e assinatura
Preposto contratual

Nome e assinatura
Gestor contratual

ANEXO E

Instrumento de Medição de Resultados

Modelo de Formulário – Instrumento do Fiscal e Instrumento do Gestor

AVALIAÇÃO MENSAL DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA UNIDADE– INSTRUMENTO DO FISCAL		
Período de Avaliação (Mês e Ano):		
Grupo 1 – Desempenho Profissional	Nota	Justificativa da Nota
Apresentação: Os profissionais trabalham uniformizados e identificados com crachá?		
Profissionalismo: Os profissionais cumprem adequadamente a atribuição de cada posto?		
Comportamento: Os profissionais se portam de acordo com a função de cada posto?		
Integração: Os funcionários trabalham em cooperação com as áreas relacionadas?		
SUBTOTAL:		
Grupo 2 - Supervisão	Nota	Justificativa da Nota
A supervisão realiza as visitas na periodicidade contratada?		
A supervisão atende às solicitações da CONTRATANTE conforme condições estabelecidas no contrato?		
SUBTOTAL:		
Grupo 3 – Cobertura dos Serviços	Nota	Justificativa da Nota
Quantitativo: A CONTRATADA está disponibilizando funcionários em quantidade compatível com o número necessário em relação ao proposto em contrato?		
Pontualidade: O funcionamento do serviço é realizado no horário contratado?		
Assiduidade: O serviço funciona durante todos os dias contratados?		
SUBTOTAL:		
Total (Soma dos subtotais de cada grupo)		

Instrução para a avaliação: A soma dos subtotais dos grupos devem ter 27 pontos para o conceito de CONFORMIDADE, os Critérios de Qualidade Referência para Atribuição de Notas, segue no quadro abaixo.

Nome legível do responsável pela avaliação:

Matrícula:

Assinatura e carimbo:

Data da Avaliação:

CRITÉRIOS DE QUALIDADE REFERÊNCIA PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS

Mais de 90% de execução	NOTA: 3 pontos
De 60 até 89,99% de execução	NOTA: 2 pontos
Abaixo de 60% de execução	NOTA: 1 ponto

CLASSIFICAÇÃO DA NOTA FINAL

PONTOS DA UNIDADE	CONCEITO	RESULTADO
19 a 27 pontos	CONFORMIDADE	-----
10 a 18 pontos	CONFORMIDADE PARCIAL	Desconto de 1% do valor a ser pago pelo serviço prestado na unidade, no mês de referência.
0 a 09 pontos	NÃO CONFORMIDADE	Desconto de 3% do valor a ser pago pelo serviço prestado na unidade, no mês de referência.

AVALIAÇÃO MENSAL DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA UNIDADE – INSTRUMENTO DO FISCAL	
AVALIAÇÃO GERAL	
NOME DA UNIDADE:	PONTUAÇÃO
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti (HMMG)	
Unidade Pediátrica Mário Gattinho (UPMG)	
Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (CHPEO)	
UPA's São José, Carlos Lourenço, Dr. Sérgio Arouca (Campo Grande) e Anchieta	
Rede – Administração Geral	
Nota Final (Soma dos pontos de cada Unidade)	
Instrução para a avaliação: Cada unidade deve ter 24 pontos e a soma total de todas as unidades devem atingir 135 pontos para o conceito de CONFORMIDADE. A Classificação da Nota Final, segue no quadro abaixo.	
Nome legível do responsável pela avaliação:	
Matrícula:	
Assinatura e carimbo:	
Data da Avaliação:	

CLASSIFICAÇÃO DA NOTA FINAL		
NOTA FINAL	CONCEITO	RESULTADO
91 a 135 pontos	CONFORMIDADE	-----
46 a 90 pontos	CONFORMIDADE PARCIAL	NOTIFICAÇÃO (após a segunda notificação consecutiva, solicita-se a abertura de processo de penalidade)
0 a 45 pontos	NÃO CONFORMIDADE	SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE PENALIDADE

ANEXO F
QUALIFICAÇÕES, PRÉ-REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS E ATRIBUIÇÕES

Especialidade	Titularidade	Atribuições	Tempo de Experiência
Copeiro Hospitalar CBO – 5134-30	1º grau completo	<ul style="list-style-type: none"> · Distribuição de refeições/dietas para pacientes nos leitos ou locais destinados para realização das refeições em todos os horários de serviço de alimentação (desjejum, almoço, lanche, jantar e ceia) ou sempre que solicitado por nutricionista; · Distribuição e reposição – sempre que necessário – de água para hidratação de pacientes; · Identificar e etiquetar as bandejas de pacientes, anotando o nome do paciente, leito e a dieta correspondente; · Montar carrinho para a distribuição das refeições em seus respectivos horários, para que o paciente receba os alimentos com segurança e qualidade; · Observar e informar sobre aceitação e queixas referentes à alimentação, sendo receptivo ao paciente, ouvindo o que ele tem a dizer, observando resíduo da ingesta nas bandejas e informando ao nutricionista, para colaborar com a atenção nutricional ao paciente; · Recolher e descartar embalagens de refeições e restos alimentares em rotina própria, com EPIs adequados após o término do horário de cada serviço de refeição. O descarte será feito em lixeira indicada pelo setor de internação, na qual a copa está inserida; 	NÃO

		<ul style="list-style-type: none"> · Realizar a guarda e controle de materiais, sob sua responsabilidade e armazenar em local apropriado, mantendo a ordem e evitando contaminação; · Higienizar utensílios, equipamentos e ambiente de trabalho (copa). 	
<p>Nutricionista Supervisor de Copa e Qualidade</p> <p>CBO – 2237-10</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Curso Superior em Nutrição. - Registro no Conselho Regional de Nutricionistas na Região 03 (CRN3). - Capacitação em Nutrição clínica com vivência em Unidade Hospitalar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisionar, inclusive no local, as copas da(s) unidade(s), designada(s) para sua responsabilidade; - Estabelecer rotinas de trabalho, elaborar escalas mensais de folgas, responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados através de treinamentos periódicos para a equipe de copa e elaboração de manuais e procedimentos operacionais padronizados. 	<p>Experiência mínima de 1 (um) ano na função.</p>
<p>Nutricionista Clínico</p> <p>CBO – 2237-10</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Curso Superior em Nutrição. - Registro no Conselho Regional de Nutricionistas na Região 03 (CRN3). - Capacitação em Nutrição clínica com vivência em 	<ul style="list-style-type: none"> - Prestar assistência nutricional e dietoterápica aos pacientes: - Elaborar o diagnóstico de nutrição; elaborar as prescrições dietéticas, com base nas diretrizes e protocolos mais atuais; - Solicitar exames laboratoriais necessários ao acompanhamento dietoterápico; - Registrar em prontuário toda a assistência prestada ao paciente; - Realizar orientação nutricional em qualquer momento que for necessário durante a internação e na alta hospitalar; - Integrar a equipe multidisciplinar da unidade de trabalho, participar de reuniões e comissões, visando à plena atenção prestada ao paciente; 	<p>Experiência mínima de 1 (um) ano na função.</p>

	Unidade Hospitalar.	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborar com o trabalho de supervisores de estágios de graduação em nutrição, e com os programas de aperfeiçoamento para profissionais de saúde da Rede Mário Gatti. - Atuar diretamente com o serviço de copa hospitalar na rotina diária, orientando e sanando dúvidas sobre solicitações de dieta ao paciente; 	
Nutricionista Supervisor de Clínica CBO – 2237-10	<ul style="list-style-type: none"> - Curso Superior em Nutrição. - Registro no Conselho Regional de Nutricionistas na Região 03 (CRN3). - Capacitação em Nutrição clínica com vivência em Unidade Hospitalar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisionar o serviço de nutrição clínica das unidades HMMG, Mário Gattinho e CHPEO; - Estabelecer rotinas de trabalho, como a discussão de casos clínicos semanais; - Elaborar escalas mensais de folgas do quadro de nutricionistas; - Realizar treinamentos periódicos para a equipe clínica, além de realizar, estabelecer e executar protocolos técnicos do serviço, de acordo com a legislação vigente. - Interagir com nutricionistas responsáveis pela produção de refeições, definindo procedimentos em parceria. - Realizar todo registro de produção que a CONTRANTE julgar necessário para fins de faturamento junto ao SUS. 	Experiência mínima de 1 (um) ano na função.
Nutricionista Ambulatorial CBO – 2237-10	<ul style="list-style-type: none"> - Curso Superior em Nutrição. - Registro no Conselho Regional de Nutricionistas na Região 03 (CRN3). - Capacitação em Nutrição clínica com vivência 	<ul style="list-style-type: none"> - Dar continuidade ao cuidado e atendimento nutricional oferecido durante internação. - Verificar histórico do paciente, fazer avaliação, diagnóstico e orientação nutricional, fazendo evolução e registro em prontuário, de acordo com as orientações das legislações e protocolos de atendimento vigentes. - Dar início e acompanhar processos de solicitação de dieta enteral e fórmulas infantis ao serviço de saúde estadual, conforme rotina existente. 	Experiência mínima de 1 (um) ano na função.

	em Unidade Hospitalar.		
OBS: O Nutricionista supervisor de copa e qualidade e o Nutricionista Supervisor de Clínica, não deverá ficar responsável por atividades de recursos humanos e financeiros - que deve ser de responsabilidade da CONTRATADA, através de setores/pessoal técnico, que tratam destas demandas.			

ANEXO G

RELAÇÃO DE EMPREGADOS TERCEIRIZADOS – RET

RELAÇÃO DOS NOMES DOS EMPREGADOS CONTRATADOS PELAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - RET LEI MUNICIPAL Nº 14.666/2013 DECRETO MUNICIPAL Nº 18.183/2013 ORDEM DE SERVIÇO RMG 02/2020		
ÓRGÃO CONTRATANTE:		
CONTRATADA:		
CNPJ:		
Nº DO PROCESSO:		
Nº DO TERMO:		
OBJETO		
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	INÍCIO	FIM
VALOR TOTAL DO CONTRATO:		
VALOR MENSAL DO CONTRATO:		
ORDEM	NOME DOS EMPREGADOS	FUNÇÃO / ATIVIDADE EXERCIDA

ANEXO H

**QUANTITATIVO E DISTRIBUIÇÃO DAS POSIÇÕES OPERACIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE NUTRIÇÃO CLÍNICA E SERVIÇO DE COPA PARA A REDE MÁRIO GATTI**

Hospital Municipal DR. MÁRIO GATTI (HMMG)		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PLANTÃO
Copeira (o) Hospitalar	10	12hs diurnas
	2	12hs noturnas
Nutricionista Clínico	1	12hs diurnas
JORNADA HORIZONTAL		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	JORNADA
Copeira (o) Hospitalar (Oncologia e Endoscopia)	1	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)
Nutricionista Supervisor de Copa e Qualidade	1	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)
Nutricionista Clínico	5	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)
UNIDADE PEDIÁTRICA MÁRIO GATTINHO (UPMG)		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PLANTÃO
Copeira (o) Hospitalar	2	12hs diurnas
	1	12hs noturnas
Nutricionista Clínico	1	12hs diurnas
COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI (CHPEO)		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PLANTÃO
Copeira (o) Hospitalar	10	12hs diurnas
	2	12hs noturnas
Nutricionista Clínico	1	12hs diurnas
JORNADA HORIZONTAL		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	JORNADA

Nutricionista Supervisor de Copa e Qualidade	1	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)
Nutricionista Clínico	6	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO ANCHIETA		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PLANTÃO
Copeira (o) Hospitalar	1	12hs diurnas
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO CARLOS LOURENÇO		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PLANTÃO
Copeira (o) Hospitalar	1	12hs diurnas
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO Dr. Sérgio Arouca (CAMPO GRANDE)		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PLANTÃO
Copeira (o) Hospitalar	1	12hs diurnas
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO SÃO JOSÉ		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PLANTÃO
Copeira (o) Hospitalar	1	12hs diurnas
REDE MÁRIO GATTI - ATUAÇÃO MULTISSETORIAL		
SERVIÇO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	JORNADA
Nutricionista Ambulatorial (Ambulatório Geral e Unacon)	2	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)
Nutricionista Supervisor de Copa e Qualidade (UPA's e UPMG)	1	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)
Nutricionista Supervisor de Clínica (HMMG, CHPEO e UPMG)	1	8hs diurnas – 40hs semanais (Segunda a Sexta – feira)

ANEXO I**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA DETERMINAÇÃO DO SERVIÇO DE COPA HOSPITALAR**

UNIDADES RMG	Nº DE COPAS PARA USO	Nº DE REFEIÇÕES DIÁRIAS	
		Refeições: Almoço e Jantar	Refeições: Desjejum, Lanche da Tarde e Ceia
HMMG	4	508	673
UPMG	1	181	258
CHPEO	5	510	784
UPA's	4	206	370

Nas unidades **HMMG** e **CHPEO** existem copas hospitalares inativas, sendo o número apresentado os espaços atualmente ocupados;

Na unidade **HMMG** há o serviço de copa para o ambulatório UNACON (unidade de atendimento oncológico) - entretanto a copeira não possui um espaço exclusivo de atuação, não havendo copa hospitalar, mas sim o serviço de atendimento dos pacientes que permanecem no local para realização de rotinas como quimioterapia e radioterapia;

Cada **UPA** possui 01 (uma) copa hospitalar e o total de refeições apresentado no quadro é a soma do fornecimento diário (médio) nas 04 (quatro) unidades (Campo Grande, Carlos Lourenço, Padre Anchieta e São José);

O número médio de refeições por dia é apresentado como um indicador do volume de atendimentos, entretanto é importante ressaltar que a RMG é uma instituição de saúde não referenciada, de forma que a demanda é espontânea (ou porta aberta), por isso o número de refeições diárias pode variar.

Fornecimento de refeições e insumos relacionados (descartáveis, garrafas térmicas entre outros) é de responsabilidade da empresa fornecedora de refeições;

Dietas enterais, fórmulas infantis, módulos e suplementos nutricionais e material direto relacionado (mamadeiras, frascos, equipos entre outros) são fornecidos pela contratante e pelo contrato de fornecimento de refeições.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) não possuem atendimento de nutrição clínica devido às características deste tipo de unidade de saúde. A atuação do Setor de Nutrição fica restrita aos serviços de copa e sua supervisão.

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo: HMMG.2025.00002179-32

Pregão Eletrônico: 90009/2026

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Interessado: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Critério de Julgamento: Menor valor global

A **Rede Mário Gatti**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.018.676/0001-76, com sede a Avenida Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, CEP: 13.036-902, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representada, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____ (cargo e nome), CPF nº _____, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento o(a) Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar., de acordo com as especificações constantes no processo licitatório decorrente do Pregão Eletrônico nº 90009/2026, objeto do processo administrativo epigrafado, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. O presente instrumento tem por objeto o(a) Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar..

1.2. A prestação de serviços **vigerá pelo período de 24 (vinte e quatro) meses** a contar da data indicada para o efetivo início da execução dos serviços em Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pela CONTRATANTE, até o adimplemento total das obrigações, podendo ser prorrogada nos termos do art.107 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta da CONTRATADA juntada no documento SEI nº ____.; e

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de valor global.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição,

constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E REPACTUAÇÃO

3.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato, a **CONTRATADA** fará jus ao valor total de R\$ _____ (_____).

3.2 No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

3.4. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

3.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, sempre respeitando o prazo previsto no item anterior.

3.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do caput do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

3.7. Os valores contratados serão repactuados em relação ao Vale-transporte e aos custos decorrentes da mão de obra cujos valores sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta, e serão reajustados em relação aos demais insumos e custos decorrentes da mão de obra cujos valores não sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta (Assistência médica, etc.), exceto Vale Transporte.

3.8. Os custos decorrentes da mão de obra cujos valores não sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta (Assistência médica, etc.) e os demais insumos (custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço) serão reajustados, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = P0 \times 1 + (\text{variação acumulada do IPC} - \text{FIPE1 até o IPC} - \text{FIPE12})$$

Onde:

PR = Valores reajustados;

PO = Valores contratados vigentes;

IPC - FIPE - Geral = Índice de Preços ao Consumidor - Geral, publicado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;

IPC1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPC12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

3.8.1. No caso da impossibilidade em se obter a variação acumulada do IPC - FIPE - Geral, este será automaticamente substituído pelo IPCA - Índice Geral, mantendo-se o mesmo período de cálculo e vigência do reajuste.

3.9. O valor do Vale-Transporte será repactuação quando sobrevier ato normativo que alterar o valor do benefício, em periodicidade não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da vigência inicial do ato normativo em vigor à época da apresentação da proposta.

3.10. Os valores contratados dos custos decorrentes da mão de obra cujos valores e datas de vigência sejam regulamentados pela Convenção Coletiva que deu base à proposta serão repactuados após o período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

3.10.1. A repactuação para reajuste do contrato em razão de alteração no valor do vale transporte, novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra (valores) decorrente desses instrumentos, sempre em periodicidade não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

3.10.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

3.10.3. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

3.10.3.1. a partir da ocorrência (vigência) do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

3.10.3.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

3.10.3.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que deu base à proposta, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

3.11. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos inicial que deu origem

aos valores contratados; de planilha informando os novos valores decorrentes das alterações regulamentadas pela convenção Coletiva e apresentação do acordo, convenção ou dissídio coletivo que deu origem ao preço contratado e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

3.12. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

3.13. É vedada à Rede Mário Gatti vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

3.14. Para o cálculo da repactuação e do reajuste serão mantidos os percentuais relativos aos componentes do BDI e recompostos seus respectivos valores utilizando-se a mesma proporção da planilha original.

3.15. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

3.16. A apreciação de eventual pedido de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro do contrato pelo Contratante, sob amparo do que prescreve a alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado.

3.16.1. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pelo Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral do Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

3.16.2. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

3.16.3. O Contratante, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral do Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

3.16.4. Na hipótese de revisão de preços a favor da Municipalidade, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do Contrato.

3.17. As medições, pagamentos e outras providências para repactuação de preços serão efetuados em

conformidade com o Anexo I - Termo de Referência e Anexo II - Termo de Contrato deste Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa referente ao valor da presente aquisição está previamente empenhada e processada por conta de verba própria do orçamento vigente, codificada sob o(s) n°(s) abaixo indicado(s):

- 58303 10.302.1061.4254.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58304 10.302.1061.4254.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58308 10.302.1061.4254.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58305 10.302.1061.4251.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000
- 58306 10.302.1061.4252.0000 3.3.90.39.00.00.00.00 0001.310000.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O prazo de pagamento será de 10 (dez) dias fora a dezena, contado a partir da data de aceite da Nota Fiscal pelo GESTOR DO CONTRATO, após a recepção das notas fiscais pelos responsáveis.

CLÁUSULA SEXTA - HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

- 6.1.1.** O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- 6.1.2.** A lentidão do seu cumprimento e o atraso injustificado do início dos serviços levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço;
- 6.1.3.** Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 6.1.4.** A subcontratação total ou superior à permitida dos serviços objeto do presente termo de referência;
- 6.1.5.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 6.1.6.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução dos serviços;
- 6.1.7.** A dissolução da instituição **CONTRATADA**;
- 6.1.8.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da instituição que prejudique a execução do contrato;
- 6.1.9.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade da Instituição.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no Art. 125 da Lei 14.133/21.

7.2. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

7.2.1 Iniciar a prestação dos serviços na data indicada na Ordem de Início dos Serviços;

7.2.2 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;

7.2.3 Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta contratação;

7.2.3.1. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste termo de referência;

7.2.4 Prestar à Rede Dr. Mário Gatti, quando solicitadas, informações do andamento dos serviços, bem como comunicar à Instituição quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;

7.2.5 Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da lei n.º 14.133/21;

7.2.6 Executar os serviços nas condições estabelecidas no Termo de referência.

7.2.7 Refazer os serviços em desacordo no prazo estabelecido neste termo de referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;

7.2.8 Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

7.1.9 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades durante a execução dos serviços, prestando as elucidações que se fizerem necessárias;

7.2.10. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

7.2.11. A CONTRATADA em suas comunicações e interlocuções deverá respeitar o descrito neste termo de referência, devendo as mesmas proceder por e-mail ou documento se assim couber.

7.2.12. A CONTRATADA deverá respeitar e observar todas as diretrizes dos agentes públicos que atuarem

como fiscais e gestores de contrato, os quais realizarão a fiscalização direta dos serviços prestados para acompanhamento e garantia do cumprimento das exigências, princípios e condições especificados.

7.2.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Rede Mário Gatti, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

7.2.14. Informar ao Gestor do contrato e ao Setor de Gestão de contratos da Rede Mário Gatti, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

7.2.15. É expressamente vedada à CONTRATADA a cobrança de qualquer importância dos pacientes.

7.2.16. A CONTRATADA não reproduzirá, divulgará ou utilizará em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;

7.2.17. Comprovar a formação técnica específica, mediante apresentação do Certificado de Curso de Formação de Nutricionistas com a Chancela do órgão competente:

7.2.17.1. Responsabilizar-se pela alocação de profissionais devidamente habilitados, portando obrigatoriamente a respectiva Inscrição ativa no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da respectiva região, conforme Lei nº 8.234/1991.

7.2.17.2. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, o seu quadro de profissionais com a capacitação mínima exigida, estando à contratação/vínculo destes profissionais de acordo com as leis vigentes;

7.2.18. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

7.2.19. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação;

7.2.20. A CONTRATADA, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventual demanda judicial ajuizada em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATADA, de forma a eximir a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar de qualquer forma de responsabilidade, seja esta, direta, solidária ou subsidiária;

7.2.21. Responsabilizarem-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações judiciais, demandas, custos e despesas decorrentes de atos ou omissões, ocorridos por culpa da CONTRATADA ou de quaisquer de seus funcionários e preposto, obrigando-se a arcar com todos os custos ou quaisquer responsabilidades decorrentes de condenação ou apuração, que venham a ser exigidas, ligadas ou não ao cumprimento do objeto da contratação;

7.2.22. Responsabilizar-se por remunerar os profissionais contratados para prestação dos serviços com salários não inferiores ao piso salarial das respectivas categorias, firmado em acordo, convenção ou

dissídio coletivo;

7.2.23. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus funcionários, diretamente à Administração Pública ou a terceiros, nas áreas cobertas pelo Contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, devendo ser adotadas providências necessárias dentro de 48 (quarenta e oito) horas, depois de comunicado pela CONTRATANTE;

7.2.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações de boa técnica, normas e legislação;

7.2.25. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências e equipamentos necessários aos serviços;

7.2.26. Executar os serviços de tal forma que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;

7.2.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração Pública.

7.2.28. Cumprir a reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados do INSS e aprendizes, conforme o art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.28.1. Comprovar o cumprimento dessa reserva quando solicitado pela fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a sua execução;

8.2. Emitir a Ordem de início dos serviços com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da data indicada na ordem de início dos serviços.

8.3. Indicar o gestor, fiscais técnico e administrativo para acompanhamento da execução contratual;

8.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de pessoa por ela credenciada (preposto);

8.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.6. Comunicar à CONTRATADA qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

8.7. Fornecer todas as informações necessárias à execução dos serviços;

8.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

8.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com

terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.10. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os profissionais da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.11. Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total dos serviços, as sanções administrativas previstas no Termo de Contrato, Termo de Referência e seus anexos;

8.12. Comunicar mensalmente a CONTRATADA quanto ao resultado da avaliação mensal da qualidade da execução contratual (Anexo E).

8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.13.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para adequada instrução do requerimento;

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

9.1.1. advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.2. multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso no fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Nota de Empenho, cumulada com outras sanções;

9.1.3. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

9.1.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.3.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.3.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente

justificado;

9.1.3.6. não celebrar o Contrato ou não aceitar ou retirar a Ordem de Fornecimento ou não entregar a documentação exigida para sua assinatura, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.3.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.3.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.3.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.3.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 Lei Anticorrupção), especialmente o inciso IV, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

9.1.4. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

9.1.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.4.2. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.4.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.4.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no item anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

9.1.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.5.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.5.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.5.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

9.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.1.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.1.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.1.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.1.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.1.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.4. É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

9.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

9.4.2. pagamento da multa;

9.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

9.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

9.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem **9.4**.

9.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação de licitante ou contratada, adicionalmente ao subitem **9.4**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.6.1. Possível acumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e

fatos geradores diversos.

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente.

9.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

9.9. Em se verificando a ocorrência de prejuízo a Rede Mário Gatti decorrente de ato punível praticado pela licitante será retido pela tesouraria o valor referente ao total do prejuízo sofrido junto aos créditos da mesma;

9.10. A retenção de valor se dará a título de ressarcimento de prejuízo sofrido não caracterizando penalidade e não exime a licitante de aplicação de sanção administrativa pelo ato punível;

9.11. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

9.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.12.1. O recurso de que trata o subitem 9.12 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. A contratação exigirá a prestação de garantia de adimplemento contratual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

10.2. A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

10.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; ou

10.2.2. Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato; ou

10.2.3. Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do contrato, emitida por banco

ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.2.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.3. O prazo para apresentação da garantia de adimplemento contratual será:

10.3.1. Mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade Seguro Garantia;

10.3.2. Até 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de início efetivo do contrato para as demais modalidades.

10.4. A cobertura das garantias deve abranger toda a execução do contrato administrativo e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e a partir de qualquer alteração de valor no contrato.

10.5. Na hipótese em que o último mês de prestação de serviço (11º mês de execução) for conceituado como 'Conforme Parcial' ou 'Não Conforme', ensejando redução do Percentual de Pagamento da parcela mensal, a diferença entre o valor efetivamente pago na última nota fiscal, e aquele que deveria ser pago será descontado do valor oferecido em garantia contratual pela contratada.

10.6. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

10.7. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item será liberada, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do Serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor-Presidente da Rede Mário Gatti que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Diretoria Jurídica. A liberação se dará mediante autorização do Diretor Presidente da Rede Mário Gatti, após parecer da Diretoria Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

11.1. A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

11.1.1. O Contratante poderá exigir durante a execução do Contrato a apresentação de qualquer um dos documentos exigidos para habilitação da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

12.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato será observado, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como no presente Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1 A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2 O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1 Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

13.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4 Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo CONTRATANTE sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se à CONTRATADA oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LEI Nº 13.709/2018

14.1. É vedado à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado e/ou gerado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial aos dados pessoais e aos dados pessoais sensíveis – repassados e/ou gerados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.3. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente se der causa à danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados e/ou gerados em decorrência

da execução contratual.

14.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso aos dados pessoais dos representantes legais, bem como dos procuradores da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

14.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

14.6. A CONTRATADA fica obrigada a informar aos seus colaboradores quanto ao tratamento de dados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, Decreto Municipal nº 21.903/22 e Lei Municipal nº 14.666/2013, devendo coletar o consentimento destes.

14.7. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Resolução RMG 15/2022, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 23.460/2024 e Resolução RMG 03/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justas e CONTRATADAS, firmam as partes o presente instrumento.

ANEXO III – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: HMMG.2025.00002179-32

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

MODALIDADE:

CONTRATANTE: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____/____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de in teresse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo Contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no art. 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da Contratada manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal.

Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

Nota: Redação deste Anexo dada pela Resolução nº 11/2021. O Núcleo de Formalização de Ajustes da PGM deve formalizar o Termo de Ciência e de Notificação de acordo com a norma do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vigente no momento da celebração do ajuste, independentemente do Modelo contido neste Anexo.

ANEXO IV – DADOS CADASTRAIS DA PROPONENTE

Processo Administrativo: HMMG.2025.00002179-32

Pregão Eletrônico: 90009/2026

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de nutrição clínica e serviço de copa em ambiente hospitalar e ambulatorial nas unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Interessado: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar.

Critério de Julgamento: Menor valor global

Razão Social: _____
C.N.P.J nº _____ Inscr. Estadual nº _____
Inscr. Municipal (se houver): _____
Endereço _____ nº _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____

Dados para emissão da ata e empenhos:

Razão Social: _____
C.N.P.J nº _____ Inscr. Estadual nº _____
Inscr. Municipal (se houver): _____
Endereço _____ nº _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

e-mail para envio da ata para assinatura:

e-mail: _____

Responsável pela assinatura da ata:

Nome: _____
CPF nº _____ RG. nº _____
Cargo: _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

Obs1: Juntar cópia autenticada da procuração do assinante caso o mesmo seja diverso do representante habilitado na sessão de abertura.

Obs2: A ata deverá ser devolvida pessoalmente e/ou postada via SEDEX no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Responsável pela gestão da ata:

Nome: _____

CPF nº _____ RG. nº _____
Cargo: _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

Responsável da Empresa:

Nome: _____
CPF nº _____ RG. nº _____
Cargo: _____
Telefone: (XX) _____ Celular: (XX) _____
e-mail: _____

Dados bancários da Empresa para créditos em conta:

Banco: _____ nº da agência: _____ Nome da agência _____
Conta Corrente: _____

Obs1: O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) via crédito em conta corrente.

Obs2: Caso o banco informado seja diverso do Banco do Brasil, o crédito será encaminhado via DOC/TED, ficando o custo do mesmo a cargo da contratada.

Obs3: É expressamente VEDADA negociação do título em rede bancária e/ou terceiros.